

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	20
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	74
-------------------------------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	76
----------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.528.451
Preferenciais	0
Total	1.528.451
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	15/02/2013	Ordinária		0,01820
Assembléia Geral Ordinária	15/03/2013	Dividendo	26/04/2013	Ordinária		0,52373
Reunião do Conselho de Administração	21/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	15/05/2013	Ordinária		0,01814
Reunião do Conselho de Administração	21/06/2013	Juros sobre Capital Próprio	19/08/2013	Ordinária		0,01628
Reunião do Conselho de Administração	20/09/2013	Dividendo	01/10/2013	Ordinária		0,46000
Reunião do Conselho de Administração	23/09/2013	Juros sobre Capital Próprio	04/11/2013	Ordinária		0,18930

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	5.965.576	6.118.366
1.01	Ativo Circulante	4.288.456	3.584.380
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	844.955	1.290.971
1.01.03	Contas a Receber	570.161	601.647
1.01.03.01	Clientes	567.707	595.347
1.01.03.01.02	Clientes Terceiros	491.115	642.117
1.01.03.01.03	Clientes Cias do Grupo BAT	98.045	102.836
1.01.03.01.04	Clientes Agricultores	20.660	11.103
1.01.03.01.05	Adiantamentos sobre Cambiais Entregues	-29.924	-141.360
1.01.03.01.06	Provisão para Impairment	-12.189	-19.349
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.454	6.300
1.01.03.02.01	Contas Receber p/Venda Ativo Permanente	2.383	4.028
1.01.03.02.02	Conta Corrente com Cias do Grupo B.A.T.	70	1.227
1.01.03.02.05	Outros Créditos a Receber	1	1.045
1.01.04	Estoques	1.548.333	987.731
1.01.04.01	Produtos Acabados	1.080.573	619.071
1.01.04.02	Produtos em Elaboração	5.150	4.129
1.01.04.03	Matérias Primas	371.987	313.183
1.01.04.04	Produtos de Revenda	46.560	34.393
1.01.04.05	Materiais Diversos	49.898	43.747
1.01.04.06	Provisão para Impairment	-5.835	-26.792
1.01.06	Tributos a Recuperar	80.658	57.861
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	80.658	57.861
1.01.07	Despesas Antecipadas	263.463	621.187
1.01.07.01	Impostos Antecipados (IPI, ICMS e Selos)	226.464	579.474
1.01.07.02	Antecipação de Despesas Operacionais	36.999	41.713
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	980.886	24.983
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.173	1.109
1.01.08.03	Outros	978.713	23.874
1.01.08.03.01	Créditos com Funcionários	21.894	4.930
1.01.08.03.02	Adiantamentos a Terceiros	25.254	15.750
1.01.08.03.03	Instrumento Financeiros Derivativos	7.628	3.194
1.01.08.03.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	923.937	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.677.120	2.533.986
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	474.420	438.809
1.02.01.03	Contas a Receber	921	1.780
1.02.01.03.01	Clientes	863	1.676
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	58	104
1.02.01.04	Estoques	16.402	15.430
1.02.01.06	Tributos Diferidos	226.038	206.846
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	125.856	181.618
1.02.01.06.02	Tributos a Recuperar	100.182	25.228
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	11.985	14.763
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.473	2.410
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	4.473	2.410
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	214.601	197.580

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	-1	0
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	214.602	197.580
1.02.02	Investimentos	262.854	1.089.433
1.02.02.01	Participações Societárias	262.854	1.089.433
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	6.406	8.974
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	256.448	1.080.459
1.02.03	Imobilizado	910.860	963.023
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	725.679	671.385
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	185.181	291.638
1.02.04	Intangível	28.986	42.714
1.02.04.01	Intangíveis	28.986	42.714
1.02.05	Diferido	0	7

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	5.965.576	6.118.366
2.01	Passivo Circulante	3.014.461	2.507.284
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	228.878	254.896
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	228.878	254.896
2.01.01.02.01	Salários e Encargos	228.878	254.896
2.01.02	Fornecedores	207.924	263.030
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	150.341	218.353
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais - Principais	96.436	105.286
2.01.02.01.02	Provisão para Diversas Dívidas-Operacionais	21.364	55.662
2.01.02.01.03	Outras Contas a Pagar - Nacionais	32.541	57.405
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	57.583	44.677
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros - Principais	43.470	44.025
2.01.02.02.02	Outras Contas a Pagar - Exterior	14.113	652
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.015.907	1.443.381
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	681.943	1.055.755
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	174.183	188.579
2.01.03.01.02	IPÍ a Recolher	377.563	713.202
2.01.03.01.03	PIS e COFINS a Recolher	127.368	149.044
2.01.03.01.04	Outros Impostos Federais	2.829	4.930
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	333.335	386.139
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	333.335	386.139
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	629	1.487
2.01.03.03.01	Impostos sobre Serviços	629	1.487
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	947.643	472.401
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	947.643	472.401
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	11.620	12.013
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	936.023	460.388
2.01.05	Outras Obrigações	605.974	45.298
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.388	6.486
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	1.622	1.477
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	20.766	5.009
2.01.05.02	Outros	583.586	38.812
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	574.911	31.601
2.01.05.02.05	Adiantamento de Terceiros	1.822	2.546
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	6.853	4.665
2.01.06	Provisões	8.135	28.278
2.01.06.02	Outras Provisões	8.135	28.278
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	0	15
2.01.06.02.04	Provisão para Perdas sobre Avais a Agricultores	2.009	2.753
2.01.06.02.05	Provisão para Pagamento de Comissões	4.245	16.504
2.01.06.02.06	Outras Provisões	1.881	9.006
2.02	Passivo Não Circulante	865.891	1.245.485
2.02.02	Outras Obrigações	447.247	764.559
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	412.475	721.115
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	412.475	721.115
2.02.02.02	Outros	34.772	43.444

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.02.02.03	Contas a Pagar - Contratos	15.621	14.803
2.02.02.02.04	Provisões para Honorários Advocatícios	19.151	28.641
2.02.04	Provisões	134.256	172.825
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	134.256	172.825
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	98.364	93.264
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	32.891	38.332
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.001	41.229
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	284.388	308.101
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	284.388	308.101
2.02.06.03.01	Incentivos Fiscais - ICMS	284.388	308.101
2.03	Patrimônio Líquido	2.085.224	2.365.597
2.03.01	Capital Social Realizado	854.756	854.756
2.03.02	Reservas de Capital	1.909	1.909
2.03.02.07	Venda de Imóveis	1.909	1.909
2.03.04	Reservas de Lucros	367.823	1.168.322
2.03.04.01	Reserva Legal	170.951	170.951
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	178.745	178.745
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	800.499
2.03.04.10	Reserva para Manutenção de Capital Giro	18.127	18.127
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	518.196	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	342.540	340.610
2.03.06.01	Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	-9.496	0
2.03.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Variação Cambial sobre Empréstimos	599	393
2.03.06.03	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 9)	2.417	503
2.03.06.04	Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira (Nota 9)	94	-321
2.03.06.05	Incentivos Fiscais e Outros	348.926	340.035

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.447.674	4.393.797	1.607.725	4.576.290
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-526.050	-1.550.972	-621.818	-1.606.685
3.03	Resultado Bruto	921.624	2.842.825	985.907	2.969.605
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-307.741	-865.399	-372.565	-1.018.449
3.04.01	Despesas com Vendas	-221.714	-615.294	-215.711	-645.809
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-218.078	-524.256	-205.041	-566.908
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	116.708	173.370	39.651	95.524
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	14	-1.246	495	-48.548
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.329	102.027	8.041	147.292
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	613.883	1.977.426	613.342	1.951.156
3.06	Resultado Financeiro	-27.572	-146.113	-19.847	-123.013
3.06.01	Receitas Financeiras	20.758	75.651	17.126	89.358
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.330	-221.764	-36.973	-212.371
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	586.311	1.831.313	593.495	1.828.143
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-173.934	-529.007	-177.524	-570.762
3.08.01	Corrente	-170.899	-473.245	-191.331	-492.529
3.08.02	Diferido	-3.035	-55.762	13.807	-78.233
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	412.377	1.302.306	415.971	1.257.381
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	412.377	1.302.306	415.971	1.257.381
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,27000	0,85000	0,27000	0,82000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,27000	0,85000	0,27000	0,82000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	412.377	1.302.306	415.971	1.257.381
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.419	1.930	-99	115.051
4.02.02	. Variação cambial sobre empréstimos de longo Prazo em US\$ com investida no exterior	0	0	0	-65.227
4.02.03	. Variação cambial reflexa sobre empréstimos de longo Prazo em US\$ de investida no exterior	0	0	0	-13.421
4.02.04	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 11)	116	2.329	118	164.138
4.02.06	. Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	-1.215	-9.496	0	-16.139
4.02.07	. Instrumentos derivativos (NDF-Non Deliverable Forward e Trava)	7.735	8.891	-329	27.328
4.02.08	Imposto de renda e contribuição social sobre os efeitos de variação cambial sobre empréstimos	-2.217	206	112	18.372
4.03	Resultado Abrangente do Período	416.796	1.304.236	415.872	1.372.432

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-321.204	693.109
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.414.443	1.509.257
6.01.01.01	Lucro líquido do Período	1.302.306	1.257.381
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	118.301	128.844
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	-102.027	-147.292
6.01.01.04	Provisão para impairment de contas a receber e avais a agricultores	-7.904	-9.156
6.01.01.05	Provisões para contingências	-38.569	20.772
6.01.01.06	Provisão para recuperação dos ativos de vida longa ("impairment")	-416	-1.416
6.01.01.07	Demais provisões	-17.299	-15.280
6.01.01.08	Baixa de produtos avariados e obsoletos	6.808	6.228
6.01.01.09	Valor residual do ativo imobilizado baixado	296	331
6.01.01.10	Item extraordinário - reciclagem das variações cambiais (Nota 01)	0	49.064
6.01.01.11	Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	152.947	219.781
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.735.647	-816.148
6.01.02.01	Contas a receber	37.406	-286.557
6.01.02.02	Estoques	-568.383	-243.005
6.01.02.03	Tributos antecipados e a recuperar	212.593	-64.470
6.01.02.04	Outros ativos	-970.288	-129.406
6.01.02.05	Fornecedores	-5.355	-41.325
6.01.02.06	Tributos a recolher sobre vendas	-367.452	-14.932
6.01.02.07	Outros Passivos	426.276	552.695
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social - pagos	-487.435	-530.622
6.01.02.09	Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-13.009	-58.526
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	891.417	220.883
6.02.01	Recursos obtidos na venda de ativo imobilizado	13.722	4.795
6.02.02	Dividendo recebido de coligada	930.937	343.500
6.02.03	Recursos obtidos na alienação de investimento (Nota 01)	0	19.338
6.02.04	Adições ao imobilizado e intangível	-53.242	-146.750
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.016.229	-962.827
6.03.01	Empréstimos e financiamentos - líquido	26.663	-193.284
6.03.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	-1.042.892	-769.543
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-446.016	-48.835
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.290.971	1.166.502
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	844.955	1.117.667

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	854.756	1.909	1.168.322	0	340.610	2.365.597
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	854.756	1.909	1.168.322	0	340.610	2.365.597
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-800.499	-784.110	0	-1.584.609
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-703.087	0	-703.087
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-81.543	0	-81.543
5.04.09	Dividendo aprovado na AGO/E 19/03/12	0	0	-800.499	0	0	-800.499
5.04.12	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	0	520	0	520
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.302.306	1.930	1.304.236
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.302.306	0	1.302.306
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.930	1.930
5.05.02.09	. Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 11)	0	0	0	0	1.914	1.914
5.05.02.11	. Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	0	0	0	0	-9.496	-9.496
5.05.02.12	. Marcação a mercado das operações de NDF (Non Deliverable Forward)	0	0	0	0	8.891	8.891
5.05.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Variação Cambial sobre Empréstimos	0	0	0	0	206	206
5.05.02.14	Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira (Nota 11)	0	0	0	0	415	415
5.07	Saldos Finais	854.756	1.909	367.823	518.196	342.540	2.085.224

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	854.756	1.909	997.656	0	225.750	2.080.071
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	854.756	1.909	997.656	0	225.750	2.080.071
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-699.547	-724.997	0	-1.424.544
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-641.949	0	-641.949
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-83.644	0	-83.644
5.04.09	Dividendo aprovado na AGO/E 19/03/12	0	0	-699.547	0	0	-699.547
5.04.10	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	0	596	0	596
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.257.381	115.051	1.372.432
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.257.381	0	1.257.381
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	115.051	115.051
5.05.02.07	. Variação Cambial sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ com investida no exterior	0	0	0	0	-65.227	-65.227
5.05.02.08	. Variação Cambial Reflexa sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ de investida no exterior	0	0	0	0	-13.421	-13.421
5.05.02.09	. Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 11)	0	0	0	0	140.300	140.300
5.05.02.11	. Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	0	0	0	0	-16.139	-16.139
5.05.02.12	. Marcação a mercado das operações de NDF (Non Deliverable Forward)	0	0	0	0	27.328	27.328
5.05.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Variação Cambial sobre Empréstimos	0	0	0	0	18.372	18.372
5.05.02.14	Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira (Nota 11)	0	0	0	0	23.838	23.838
5.07	Saldos Finais	854.756	1.909	298.109	532.384	340.801	2.027.959

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	11.482.188	10.516.137
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.453.831	10.543.277
7.01.02	Outras Receitas	20.453	-36.296
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	7.904	9.156
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.958.329	-2.116.178
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-282.705	-262.447
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.752.138	-1.897.997
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	76.514	44.266
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.523.859	8.399.959
7.04	Retenções	-118.301	-128.844
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-118.301	-128.844
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.405.558	8.271.115
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	177.678	236.650
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	102.027	147.292
7.06.02	Receitas Financeiras	75.651	89.358
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.583.236	8.507.765
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.583.236	8.507.765
7.08.01	Pessoal	481.594	512.928
7.08.01.01	Remuneração Direta	481.594	512.928
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.554.381	6.509.530
7.08.02.01	Federais	7.554.381	6.509.530
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	244.436	227.331
7.08.03.01	Juros	244.436	227.331
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.302.825	1.257.976
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	81.543	83.644
7.08.04.02	Dividendos	703.087	641.949
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	518.195	532.383

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	5.982.551	6.124.681
1.01	Ativo Circulante	4.287.076	3.916.619
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.187.487	1.301.376
1.01.03	Contas a Receber	582.583	615.688
1.01.03.01	Clientes	580.128	609.387
1.01.03.01.01	Clientes Terceiros	503.702	656.628
1.01.03.01.02	Clientes Cias do Grupo BAT	98.045	102.836
1.01.03.01.03	Clientes Agricultores	20.660	11.103
1.01.03.01.04	Adiantamentos sobre Cambiais Entregues	-29.924	-141.360
1.01.03.01.05	Provisão para Impairment	-12.355	-19.820
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.455	6.301
1.01.03.02.02	Contas Receber p/Venda Ativo Permanente	2.383	4.028
1.01.03.02.03	Conta Corrente com Cias do Grupo B.A.T.	70	1.227
1.01.03.02.06	Outros Créditos a Receber	2	1.046
1.01.04	Estoques	1.557.108	994.592
1.01.04.01	Produtos Acabados	1.081.320	619.874
1.01.04.02	Produtos em Elaboração	5.271	4.249
1.01.04.03	Matérias Primas	376.412	316.574
1.01.04.04	Produtos de Revenda	46.736	34.466
1.01.04.05	Materiais Diversos	53.341	46.478
1.01.04.06	Provisão para Impairment	-5.972	-27.049
1.01.06	Tributos a Recuperar	80.810	58.284
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	80.810	58.284
1.01.07	Despesas Antecipadas	264.363	622.514
1.01.07.01	Impostos Antecipados (IPI, ICMS e Selos)	226.464	579.474
1.01.07.02	Antecipação de Despesas Operacionais	37.899	43.040
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	614.725	324.165
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.173	1.109
1.01.08.03	Outros	612.552	323.056
1.01.08.03.01	Bens Destinados a Venda e Outros	0	-106
1.01.08.03.02	Créditos com Funcionários	21.904	4.975
1.01.08.03.03	Adiantamentos a Terceiros	25.254	15.758
1.01.08.03.04	Instrumento Financeiros Derivativos	7.628	3.194
1.01.08.03.05	Créditos com Outras Partes Relacionadas	557.766	299.235
1.02	Ativo Não Circulante	1.695.475	2.208.062
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	741.965	1.189.862
1.02.01.03	Contas a Receber	2.346	2.122
1.02.01.03.01	Clientes	863	1.676
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.483	446
1.02.01.04	Estoques	16.410	15.430
1.02.01.06	Tributos Diferidos	205.406	211.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	105.224	185.772
1.02.01.06.02	Tributos a Recuperar	100.182	25.228
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	11.985	14.763
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	291.161	748.912
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	22.783	4.382

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	268.378	744.530
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	214.657	197.635
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	37	38
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	214.620	197.597
1.02.03	Imobilizado	923.496	974.498
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	736.387	680.695
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	187.109	293.803
1.02.04	Intangível	30.014	43.702
1.02.04.01	Intangíveis	30.014	43.702

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	5.982.551	6.124.681
2.01	Passivo Circulante	3.022.339	2.501.607
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	229.219	255.164
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	229.219	255.164
2.01.01.02.01	Salários e Encargos	229.219	255.164
2.01.02	Fornecedores	212.402	264.813
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	151.234	219.394
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais - Principais	96.478	105.328
2.01.02.01.02	Provisão para Diversas Dívidas-Operacionais	21.364	55.662
2.01.02.01.03	Outras Contas a Pagar - Nacionais	33.392	58.404
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	61.168	45.419
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros - Principais	47.055	44.767
2.01.02.02.02	Outras Contas a Pagar - Exterior	14.113	652
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.018.693	1.433.510
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	684.729	1.045.884
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	176.908	178.536
2.01.03.01.02	IPÍ a Recolher	377.563	713.202
2.01.03.01.03	PIS e COFINS a Recolher	127.368	149.078
2.01.03.01.04	Outros Impostos Federais	2.890	5.068
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	333.335	386.139
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	333.335	386.139
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	629	1.487
2.01.03.03.01	Impostos sobre Serviços	629	1.487
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	947.643	472.401
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	947.643	472.401
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	11.620	12.013
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	936.023	460.388
2.01.05	Outras Obrigações	606.247	47.387
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.388	6.486
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	22.388	6.486
2.01.05.02	Outros	583.859	40.901
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	574.911	32.496
2.01.05.02.04	Adiantamento de Terceiros	1.822	2.546
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	7.126	5.859
2.01.06	Provisões	8.135	28.332
2.01.06.02	Outras Provisões	8.135	28.332
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	0	15
2.01.06.02.04	Provisão para Perdas sobre Avais a Agricultores	2.009	2.753
2.01.06.02.05	Provisão para Pagamento de Comissões	4.245	16.504
2.01.06.02.06	Outras Provisões	1.881	9.060
2.02	Passivo Não Circulante	875.115	1.257.611
2.02.02	Outras Obrigações	456.462	776.677
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	412.475	721.115
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	412.475	721.115
2.02.02.02	Outros	43.987	55.562
2.02.02.02.03	Contas a Pagar - Contratos	15.621	14.803

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.02.02.04	Provisões para Honorários Advocatícios	28.366	40.759
2.02.04	Provisões	134.265	172.833
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	134.265	172.833
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	98.373	93.272
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	32.891	38.332
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.001	41.229
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	284.388	308.101
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	284.388	308.101
2.02.06.03.01	Incentivos Fiscais - ICMS	284.388	308.101
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.085.097	2.365.463
2.03.01	Capital Social Realizado	854.756	854.756
2.03.02	Reservas de Capital	1.909	1.909
2.03.02.07	Venda de Imóveis	1.909	1.909
2.03.04	Reservas de Lucros	367.823	1.168.322
2.03.04.01	Reserva Legal	170.951	170.951
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	178.745	178.745
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	800.499
2.03.04.10	Reserva para Manutenção de Capital Giro	18.127	18.127
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	518.203	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	342.406	340.476
2.03.06.01	Varição Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	-9.496	0
2.03.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Varição Cambial sobre Empréstimos	599	393
2.03.06.03	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 9)	2.417	503
2.03.06.04	Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira (Nota 9)	94	-321
2.03.06.05	Incentivos Fiscais e Outros	348.792	339.901

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.461.766	4.433.202	1.616.248	4.600.255
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-530.444	-1.562.266	-624.964	-1.615.495
3.03	Resultado Bruto	931.322	2.870.936	991.284	2.984.760
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-327.121	-956.846	-382.974	-1.170.078
3.04.01	Despesas com Vendas	-222.787	-618.465	-216.349	-647.891
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-221.047	-529.367	-208.317	-573.424
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	116.719	173.431	39.762	96.324
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6	17.555	489	-49.177
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	1.441	4.090
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	604.201	1.914.090	608.310	1.814.682
3.06	Resultado Financeiro	-10.581	-32.056	-11.409	21.168
3.06.01	Receitas Financeiras	38.409	190.962	27.671	110.710
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.990	-223.018	-39.080	-89.542
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	593.620	1.882.034	596.901	1.835.850
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-181.243	-579.721	-180.831	-577.845
3.08.01	Corrente	-176.453	-499.173	-195.048	-499.903
3.08.02	Diferido	-4.790	-80.548	14.217	-77.942
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	412.377	1.302.313	416.070	1.258.005
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	412.377	1.302.313	416.070	1.258.005
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	412.377	1.302.313	416.070	1.258.005
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,27000	0,85000	0,27000	0,82000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,27000	0,85000	0,27000	0,82000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	412.377	1.302.313	416.070	1.258.005
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.419	1.930	-99	115.051
4.02.02	. Variação cambial sobre empréstimos de longo Prazo em US\$ com investida no exterior	0	0	0	-65.227
4.02.03	. Variação cambial reflexa sobre empréstimos de longo Prazo em US\$ de investida no exterior	0	0	0	-13.421
4.02.04	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 11)	116	2.329	118	164.138
4.02.06	. Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	-1.215	-9.496	0	-16.139
4.02.07	. Instrumentos derivativos (NDF-Non Deliverable Forward e Trava)	7.735	8.891	-329	27.328
4.02.08	Imposto de renda e contribuição social sobre os efeitos de variação cambial sobre empréstimos	-2.217	206	112	18.372
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	416.796	1.304.243	415.971	1.373.056
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	416.796	1.304.243	415.971	1.373.056

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	941.891	667.312
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.406.808	1.529.611
6.01.01.01	Lucro líquido do Período	1.302.313	1.258.005
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	118.330	128.844
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	0	-4.090
6.01.01.04	Provisão para impairment de contas a receber e avais a agricultores	-8.209	-9.156
6.01.01.05	Provisões para contingências	-38.569	20.772
6.01.01.06	Provisão para recuperação dos ativos de vida longa ("impairment")	-416	-1.416
6.01.01.07	Demais provisões	-20.256	-13.494
6.01.01.08	Baixa de produtos avariados e obsoletos	6.808	6.234
6.01.01.09	Valor residual do ativo imobilizado baixado	296	331
6.01.01.10	Item extraordinário - reciclagem das variações cambiais (Nota 01)	0	49.064
6.01.01.11	Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	46.511	94.517
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-464.917	-862.299
6.01.02.01	Contas a receber	363.388	-286.347
6.01.02.02	Estoques	-570.304	-244.734
6.01.02.03	Tributos antecipados e a recuperar	212.667	-64.442
6.01.02.04	Outros ativos	-64.304	-127.026
6.01.02.05	Fornecedores	-2.579	-40.797
6.01.02.06	Tributos a recolher sobre vendas	-367.487	-14.932
6.01.02.07	Outros Passivos	477.109	489.125
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social - pagos	-500.398	-514.620
6.01.02.09	Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-13.009	-58.526
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-39.551	-113.617
6.02.01	Recursos obtidos na venda de ativo imobilizado	13.722	4.795
6.02.02	Dividendo recebido de coligada	0	9.000
6.02.03	Recursos obtidos na alienação de investimento (Nota 01)	0	19.338
6.02.05	Adições ao imobilizado e intangível	-53.273	-146.750
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.016.229	-633.757
6.03.01	Empréstimos e financiamentos - líquido	26.663	135.786
6.03.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	-1.042.892	-769.543
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-113.889	-80.062
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.301.376	1.216.781
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.187.487	1.136.719

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	854.756	1.909	1.168.322	0	340.476	2.365.463	0	2.365.463
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	854.756	1.909	1.168.322	0	340.476	2.365.463	0	2.365.463
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-800.499	-784.110	0	-1.584.609	0	-1.584.609
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-703.087	0	-703.087	0	-703.087
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-81.543	0	-81.543	0	-81.543
5.04.09	Dividendo aprovado na AGO/AGE 19/03/12	0	0	-800.499	0	0	-800.499	0	-800.499
5.04.12	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	0	520	0	520	0	520
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.302.313	1.930	1.304.243	0	1.304.243
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.302.313	0	1.302.313	0	1.302.313
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.930	1.930	0	1.930
5.05.02.09	. Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 11)	0	0	0	0	1.914	1.914	0	1.914
5.05.02.11	. Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	0	0	0	0	-9.496	-9.496	0	-9.496
5.05.02.12	. Instrumentos Derivativos (NDF-Non Deliverable Forward)	0	0	0	0	8.891	8.891	0	8.891
5.05.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Variação Cambial sobre Empréstimos	0	0	0	0	206	206	0	206
5.05.02.14	Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira (Nota 11)	0	0	0	0	415	415	0	415
5.07	Saldos Finais	854.756	1.909	367.823	518.203	342.406	2.085.097	0	2.085.097

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	854.756	1.909	997.656	0	224.974	2.079.295	0	2.079.295
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	854.756	1.909	997.656	0	224.974	2.079.295	0	2.079.295
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-699.547	-724.997	0	-1.424.544	0	-1.424.544
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-641.949	0	-641.949	0	-641.949
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-83.644	0	-83.644	0	-83.644
5.04.09	Dividendo aprovado na AGO/AGE 19/03/12	0	0	-699.547	0	0	-699.547	0	-699.547
5.04.12	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	0	596	0	596	0	596
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.258.005	115.051	1.373.056	0	1.373.056
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.258.005	0	1.258.005	0	1.258.005
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	115.051	115.051	0	115.051
5.05.02.07	. Variação Cambial sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ com investida no exterior	0	0	0	0	-65.227	-65.227	0	-65.227
5.05.02.08	. Variação Cambial Reflexa sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ de investida no exterior	0	0	0	0	-13.421	-13.421	0	-13.421
5.05.02.09	. Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 11)	0	0	0	0	140.300	140.300	0	140.300
5.05.02.11	. Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	0	0	0	0	-16.139	-16.139	0	-16.139
5.05.02.12	. Instrumentos Derivativos (NDF-Non Deliverable Forward)	0	0	0	0	27.328	27.328	0	27.328
5.05.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Variação Cambial sobre Empréstimos	0	0	0	0	18.372	18.372	0	18.372
5.05.02.14	Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira (Nota 11)	0	0	0	0	23.838	23.838	0	23.838
5.07	Saldos Finais	854.756	1.909	298.109	533.008	340.025	2.027.807	0	2.027.807

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	11.522.092	10.540.244
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.494.052	10.567.242
7.01.02	Outras Receitas	20.136	-36.154
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	7.904	9.156
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.957.731	-2.133.397
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-286.391	-264.282
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.767.024	-1.913.375
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	95.684	44.260
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.564.361	8.406.847
7.04	Retenções	-118.330	-128.844
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-118.330	-128.844
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.446.031	8.278.003
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	190.962	114.800
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	4.090
7.06.02	Receitas Financeiras	190.962	110.710
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.636.993	8.392.803
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.636.993	8.392.803
7.08.01	Pessoal	481.899	513.089
7.08.01.01	Remuneração Direta	481.899	513.089
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.606.237	6.516.638
7.08.02.01	Federais	7.606.237	6.516.638
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	246.024	104.475
7.08.03.01	Juros	246.024	104.475
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.302.833	1.258.601
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	81.543	83.644
7.08.04.02	Dividendos	703.087	641.949
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	518.203	533.008



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013

Senhores Acionistas,

Em atendimento às disposições societárias, apresentamos o Relatório da Administração da Souza Cruz S.A. referente ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013.

Encontram-se abaixo os principais indicadores financeiros consolidados da Companhia:

R\$ Milhões	3º Trim 2012	3º Trim 2013	Var.	9 meses 2012	9 meses 2013	Var.
Receita Líquida	1.616,2	1.461,8	-9,6%	4.600,2	4.433,2	-3,6%
Cigarros	1.054,1	1.070,9	1,6%	3.211,6	3.211,3	0,0%
Tabaco Exportação	454,3	269,5	-40,7%	1.105,6	898,4	-18,7%
Lucro Operacional	606,7	604,2	-0,4%	1.810,5	1.914,1	5,7%
Cigarros	507,2	556,4	9,7%	1.581,3	1.721,3	8,9%
Tabaco Exportação	81,1	24,1	-70,3%	210,8	119,3	-43,4%
Lucro Líquido	416,1	412,4	-0,9%	1.258,0	1.302,3	3,5%
EBITDA	651,3	642,9	-1,3%	1.943,7	2.032,4	4,6%
Margem EBITDA (%)	40,3%	44,0%	3,7 p.p.	42,3%	45,8%	3,5 p.p.

TERCEIRO TRIMESTRE DE 2013

No terceiro trimestre de 2013 a receita líquida atingiu R\$ 1.461,8 milhões, sendo afetada em boa parte pelo efeito temporal dos embarques de fumo. O negócio de cigarros apresentou um crescimento de 1,6% no período, importando ressaltar que, excluindo-se o efeito positivo do ganho de eficiência tributária gerado pela logística de abastecimento do estoque de produto acabado, observado no mesmo período do ano anterior, em função do aumento de IPI, a receita líquida de cigarros teria crescido aproximadamente 10% neste trimestre versus o terceiro trimestre de 2012.

Em relação à linha de fumo exportação, observa-se uma queda de 40,7% na receita líquida neste trimestre, principalmente em função do efeito mix no preço de embarque e o menor

Comentários de Desempenho

SOUZA CRUZ

volume de exportação em consequência do cronograma de embarque dos clientes. O menor volume embarcado foi também consequência do fechamento dos principais portos no sul do país em razão de questões climáticas que afetaram esta região no mês de setembro. Os efeitos de embarque tendem a ser compensados no quarto trimestre.

O lucro operacional no terceiro trimestre de 2013 foi de R\$ 604,2 milhões, estável quando comparado com igual período de 2012. Como evento não recorrente cabe destacar que após a decisão favorável de medida judicial ajuizada pela Companhia, foi reconhecida uma receita de aproximadamente R\$ 80 milhões referente a ressarcimento do FINSOCIAL pago indevidamente em exercícios anteriores. Este evento impactou o negócio de cigarros.

ACUMULADO 9 MESES DE 2013

No acumulado do ano a receita líquida consolidada alcançou R\$ 4.433,2 milhões, 3,6% menor quando comparado com o mesmo período de 2012. Na linha de cigarros, a redução do volume foi integralmente compensada com maiores preços líquidos, devido ao aumento de preços, juntamente com um melhor mix de vendas, o que fez com que a receita líquida se mantivesse estável. A redução na linha fumo exportação se deveu principalmente ao efeito mix no preço de embarque e menor volume de exportação em função do cronograma de embarque definido pelos clientes.

O lucro operacional consolidado no acumulado do ano atingiu R\$ 1.914,1 milhões, com crescimento de 5,7%. Este resultado tem como contribuição favorável a redução das despesas operacionais e efeitos positivos não recorrentes observados no segundo trimestre. Em seu conjunto, esses fatores contribuíram para que a margem EBITDA alcançasse 45,8%, um crescimento de 3,5 p.p..

O lucro líquido consolidado da Companhia nos primeiros nove meses do ano foi de R\$ 1.302,3 milhões, sendo 3,5% superior ao obtido no mesmo período de 2012. Essa variação decorre primordialmente do crescimento de 5,7% do lucro operacional.

O EBITDA (lucro antes dos resultados financeiros, impostos sobre a renda, depreciação e amortização) foi de R\$ 2.032,4 milhões, sendo 4,6% superior ao apresentado no mesmo período de 2012.



Comentário de Desempenho



SOUZA CRUZ

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS:

CIGARROS:

Até setembro de 2013, segundo a leitura do Instituto Nielsen, Souza Cruz apresentou um crescimento de participação de 2,6 p.p. no mercado legal comparado ao mesmo período de 2012.

O volume de vendas da Companhia totalizou 43,5 bilhões de unidades no acumulado do ano. De acordo com a expectativa da Companhia houve uma desaceleração da contração de volume ao longo do ano. No terceiro trimestre, a queda de volume observada foi de 0,9%, sendo esta favorecida pela desaceleração do crescimento do contrabando em razão de várias ações de fiscalização do governo federal. Este resultado levou a uma redução acumulada de 10,7% nos primeiros nove meses do ano, a qual foi impactada pelo aumento de IPI no início do ano, pelos movimentos de estoques por parte do varejo em antecipação aos aumentos de preços e por uma maior penetração do mercado ilegal no acumulado do ano.

Com referência às marcas “Premium” da Souza Cruz, Dunhill apresentou crescimento de 0,9 p.p. comparado com os primeiros nove meses de 2012, mantendo sua participação de mercado histórica de 10%. Free segue com sólido desempenho, apresentando crescimento de 0,5 p.p. quando comparado com o mesmo período de 2012, enquanto Lucky Strike apresentou um crescimento de 0,2 p.p. em relação à 2012, o que contribuiu para a melhora do mix de vendas da Companhia.

Com referência às marcas “Value for Money” da Souza Cruz, destaque para Hollywood que cresceu em 0,5 p.p. sua participação de mercado no período. Por outro lado, a participação da marca Derby acumulada até março de 2013 foi de 26,5%, 1,2 p.p. menor que o ano anterior como consequência do avanço da participação do mercado ilegal de cigarros no Brasil.

No âmbito regulatório, em 26/08/2013, foi publicada decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que postergou o banimento de ingredientes anteriormente proibidos conforme o texto original da RDC 14/2012, pelo período de um ano. Será estabelecida uma câmara técnica que avaliará quais ingredientes devem ou não ser banidos. Esta decisão da ANVISA, contudo, manteve o banimento de cigarros com sabores característicos, como por exemplo, cigarros mentolados. Em 13/09/2013, o Supremo Tribunal Federal (STF), através de um de seus membros, deferiu medida liminar suspendendo por completo os efeitos da RDC nº



Comentário de Desempenho

SOUZA CRUZ

14/2012 da ANVISA, que proíbe a utilização de ingredientes nos produtos derivados do tabaco, até o julgamento final da ação pelo Plenário do STF.

TABACO:

O volume de exportação de tabaco até setembro totalizou 80,1 mil toneladas, 16,4% inferior em relação ao mesmo período de 2012, principalmente afetado pelo fechamento dos principais portos por questões climáticas no mês de setembro e em função da programação de embarque definida pelos clientes conforme mencionado anteriormente.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS:

Em reunião realizada em 23 de setembro de 2013, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 28,9 milhões (R\$ 0,018930 por ação), a serem pagos em 04 de novembro de 2013, atualizados pela variação da taxa SELIC calculada entre 1 de outubro e 1 de novembro de 2013.

Assim, considerando-se os juros sobre capital próprio deliberados no primeiro e segundo trimestres, no montante total de R\$ 52,6 milhões (R\$ 0,03442 por ação) e o dividendo intermediário de R\$ 703,1 milhões (R\$ 0,4600 por ação), deliberado em 20 de setembro de 2013, a remuneração total em função dos lucros obtidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 totaliza R\$ 784,6 milhões (R\$ 0,51335 por ação).



Comentários de Desempenho

SOUZA CRUZ

RESULTADO CONSOLIDADO (R\$ MILHÕES):

R\$ Milhões	3º Trim 2012	3º Trim 2013	Var.	9 meses 2012	9 meses 2013	Var.
Receita Líquida das Vendas	1.616,2	1.461,8	-9,6%	4.600,2	4.433,2	-3,6%
Custo dos Produtos Vendidos	625,0	530,5	-15,1%	1.615,5	1.562,3	-3,3%
Lucro Bruto	991,2	931,3	-6,0%	2.984,7	2.870,9	-3,8%
Despesas Operacionais	384,5	327,1	-14,9%	1.125,1	956,8	-15,0%
Item Extraordinário	-	-	-	-49,1	-	
Lucro Operacional	606,7	604,2	-0,4%	1.810,5	1.914,1	5,7%
Resultado Financeiro	-11,4	-10,6	-7,0%	21,2	-32,1	-251,4%
Resultado de Equivalência Patrimonial	1,5	-		4,1	-	
Lucro antes do IR e Contribuição Social	596,8	593,6	-0,5%	1.835,8	1.882,0	2,5%
IR e Contrib. Social	180,7	181,2	0,3%	577,8	579,7	0,3%
Lucro Líquido	416,1	412,4	-0,9%	1.258,0	1.302,3	3,5%

1 Contexto operacional

A Souza Cruz S.A. (Companhia, Controladora ou Souza Cruz), fundada em 25 de abril de 1903, conta com cerca de 6,7 mil colaboradores diretos e 3 mil sazonais na época das safras do fumo. É um dos maiores grupos empresariais do Brasil e líder absoluta no mercado de cigarros com destaque na produção e exportação de fumo. Desde 1914, a Companhia é controlada pela BAT – British American Tobacco p.l.c., com sede no Reino Unido, segundo maior grupo do mundo no setor de cigarros, que detém 75,3% de seu capital acionário.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). A Companhia tem sua sede localizada na Rua Candelária, 66, Centro, Rio de Janeiro e duas fábricas de cigarros, uma Uberlândia (MG) e uma Cachoeirinha (RS), que operam de acordo com a mais avançada tecnologia de processo e preservação ambiental.

Outra operação importante é a presença internacional na Brascuba Cigarrillos, S.A. - “Brascuba”, uma operação em conjunto (*joint-operation*) entre a Companhia (por intermédio de sua controlada Yolanda Participações S.A.) e o governo de Cuba, estabelecida em 1996, para a produção de cigarros. Em 2012, o mercado cubano representou 12,5 bilhões de unidades de cigarros. A Brascuba detém 99,8% de participação neste mercado. Aproximadamente 2,2 bilhões de unidades de cigarros foram exportadas. Além do mercado interno, a exportação de cigarros de fumo negro representa um enorme desafio e um grande mercado em outras partes do mundo onde este produto tem boa penetração.

A Souza Cruz possui em parceria com a Ambev outra operação em conjunto (*joint-operation*), a Agrega Inteligência em Compras Ltda. - “Agrega”, uma empresa de inteligência para operações de compras que visa por meio de aumento de escala, gerar economias na aquisição de materiais e serviços não específicos.

Reorganização societária

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a participação acionária de 50% da Brascuba e de todos os demais ativos mantidos com esta empresa, que eram detidos pela controlada indireta Yolanda Netherlands B.V. (“Yolanda Netherlands”) foram transferidos integralmente para a subsidiária direta Yolanda Participações S.A. (“Yolanda Participações”). Além disso, foi alienada a totalidade das ações detidas pela subsidiária integral direta Yolanda Participações no capital social da Yolanda Netherlands B.V. para a empresa British American Tobacco (GLP) Limited, tendo sido respeitadas as condições de mercado aplicáveis a operações similares.

2 Apresentação e base de preparação das demonstrações financeiras

As informações financeiras da controladora e consolidadas, contidas nas Informações Trimestrais – ITR, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de outubro de 2013.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;

Notas Explicativas

- os passivos para transações de pagamento baseadas em ações liquidadas em dinheiro mensurados pelo valor justo;

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações trimestrais individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

2.1 Informações trimestrais consolidadas

As políticas contábeis adotadas nessas informações trimestrais consolidadas foram consistentes com as aplicadas no exercício anterior.

2.2 Informações trimestrais individuais (Controladora)

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP e, para o caso da Souza Cruz, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para informações trimestrais separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e de operações em conjunto pelo método de equivalência patrimonial no BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

A Lei nº 11.941/09, para fins de BRGAAP, extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008, que poderá ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de *impairment*, o que está sendo adotado pela Companhia nas informações trimestrais individuais de suas controladas que possuem saldo de ativo diferido, em consonância com o estabelecido pelo CPC 43. De acordo com as IFRS's, receitas e despesas pré-operacionais devem ser registradas no resultado do exercício quando incorridas. Com a adoção das normas de IFRS, a Companhia registrou o saldo de ativo diferido de suas controladas em lucros acumulados no balanço consolidado, o qual não foi realizado por meio de equivalência patrimonial no balanço individual.

A reconciliação do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 e dos resultados para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e de 2012 está demonstrada como segue:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do período	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	30.09.12
Controladora	2.085.224	2.365.597	1.302.306	1.257.381
Amortização do ativo diferido	(127)	(134)	7	624
Consolidado	2.085.097	2.365.463	1.302.313	1.258.005

Notas Explicativas

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Os novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigindo a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas informações trimestrais da Companhia foram avaliados e aplicados, conforme mencionado na Nota 5.

3 Sumário das principais práticas contábeis e estimativas contábeis críticas

As práticas contábeis apresentadas a seguir foram aplicadas na preparação das informações trimestrais da controladora e consolidadas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, exceto pela adoção do *IFRS 11* detalhado na Nota 3.1(b).

3.1 Princípios de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais, do resultado e do fluxo de caixa corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas e de suas correspondentes mutações ou variações, segundo a sua natureza, complementada pelas seguintes eliminações:

- Das participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das sociedades controladas;
- Dos saldos de contas correntes e outras integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as sociedades, cujos balanços patrimoniais foram consolidados;
- Dos efeitos decorrentes de transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo (Souza Cruz S.A. e sociedades controladas e de operações em conjunto). Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que ocorre a transferência de controle acionário. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

(b) Operações em conjunto (*joint operations*)

São aquelas entidades cujas atividades são controladas em conjunto pela Companhia e por um ou mais sócios, mediante acordos contratuais ou estatutários. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e controlada possuíam duas operações em conjunto (Nota 1), a Agrega Inteligência em Compras Ltda. pela Souza Cruz e a Brascuba Cigarrillos, S.A. por intermédio de sua controlada direta Yolanda Participações S.A..

Notas Explicativas

Em 23 de novembro de 2012, a CVM - Comissão de Valores Mobiliários através da Deliberação nº 694 aprovou e tornou obrigatório a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 19(R2) - Negócios em Conjunto (*IFRS 11 - Joint Arrangements*) que trata de negócios em conjunto. A Administração da Companhia decidiu pela adoção antecipada desta Deliberação nas demonstrações financeiras consolidadas de 2012, passando a tratar a empresa Agrega Inteligência em Compras Ltda. e Brascuba Cigarrillos, S.A. como operações em conjunto (*joint operations*). Dessa forma, o tratamento de método da equivalência patrimonial (Agrega) e consolidação proporcional (Brascuba) nas demonstrações financeiras consolidadas mudaram para a apresentação de ativos e passivos em relação à sua participação (50%), com desreconhecimento do investimento e da consolidação proporcional, respectivamente.

Não houve impactos nas informações trimestrais consolidadas em relação a operação em conjunto Brascuba visto que os componentes de ativo e passivo, as receitas e gastos dessa sociedade permaneceram reconhecidos respeitando o percentual de participação da Companhia nesta (50%)

3.2 Base de conversão de moeda

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais consolidadas e individuais são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual cada entidade atua. Essas demonstrações estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* qualificadas, enquadradas no conceito de "*hedge accounting*".

(c) Controladas

A operação em conjunto com a Brascuba Cigarrillos, S.A. possui moeda funcional diferente da controladora – moeda corrente "CUC" e moeda funcional "US dólar".

No caso de variação cambial de investimentos em controladas no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do período quando o investimento for vendido ou baixado para perda. O investimento nesse contexto inclui empréstimos entre companhias do grupo onde a liquidação não é planejada e nem é provável no futuro previsível.

Notas Explicativas

Os mesmos procedimentos de conversão de moeda estrangeira são aplicados quando da utilização do método de equivalência patrimonial para investidas com moeda funcional diferente do Real, nas informações trimestrais individuais.

3.3 Reconhecimento da receita

As receitas com vendas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são reconhecidas/contabilizadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos.

A receita é reconhecida da seguinte maneira:

(a) Venda de produtos

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

As vendas de cigarro são reconhecidas no momento da entrega e aceite da mercadoria pelo cliente. O reconhecimento da receita de exportações de fumo ocorre em função dos termos negociados para embarque internacional, cuja modalidade usual é "free on board" com o reconhecimento da receita no momento que a mercadoria transpassa o costado do navio.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida em base "*pro rata*" dia com base no método da taxa de juros efetiva.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das informações trimestrais.

3.5 Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da existência dos referidos ativos e a finalidade para a qual foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a Companhia somente designou ativos

Notas Explicativas

financeiros nas modalidades de “Empréstimos e recebíveis” e “mensurados ao valor justo através do resultado” (Nota 7.3).

- **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia estão relacionados na Nota 7.1.

3.5.1 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que se tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.5.2 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia tempestivamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

Notas Explicativas

- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; ou (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros dos respectivos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.6 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas com créditos, - se necessária.

A provisão para perdas com créditos (*impairment*) é fundamentada em análise dos créditos pela Administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

3.7 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques "custo médio ponderado". As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando aplicável.

3.8 Outros ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias auferidos.

Notas Explicativas

3.9 Imobilizado

Demonstrado ao custo combinado com os seguintes aspectos:

- A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens, com exceção dos terrenos que não são depreciados, considerando um turno de 08 horas através das seguintes taxas:

	Taxas anuais de depreciação - %	Vida útil (em anos)
Edifícios	4	25
Máquinas e Equipamentos (a)	10 - 20	10 - 5
Instalações	10	10
Móveis e Utensílios	10	10
Veículos	20	5
Equipamento de Processamento de Dados	20	5

(a) As taxas de depreciação podem ser aceleradas visto a necessidade de operar em tempo superior a um turno de oito horas diárias, principalmente na época de processamento da safra de fumo e aumento na demanda de produção de cigarros, podendo com isso chegar até 20% em determinadas máquinas. Para estas situações são aplicados os coeficientes 1,0 - um turno, coeficiente 1,5 - dois turnos e coeficiente 2,0 - três turnos.

- Perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando aplicável – veja Nota 3.11. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.
- Custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como componentes específicos, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses componentes forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, sendo baixados os saldos residuais dos componentes substituídos.
- Reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.
- Valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.
- Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

3.10 Intangível

É avaliado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando em conta uma vida útil estimada de 5 anos.

Notas Explicativas

Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.11 Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

Ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e desde que aquele evento (ou eventos) tenha um impacto, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuros do ativo. Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seu valor de recuperação revisados pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados.

O teste de recuperabilidade dos ativos é baseado nos fluxos futuros de caixa projetados descontados durante a vida remanescente estimada desses ativos. Nesse caso, as perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

3.12 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios). Caso contrário, e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juros efetiva.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das informações trimestrais.

3.14 Provisões para contingências

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

Notas Explicativas

3.15 Outros passivos circulante e não circulante

Outros passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva.

3.16 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem a parcela corrente e diferida desses tributos. Os impostos sobre a renda que encontram-se dentro do escopo do CPC 32 e do IAS 12, são o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias de cada país, nas datas dos balanços em que as controladas e as entidades com operações em conjunto da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária prevêm que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3.18 Incentivos fiscais

As subvenções fiscais para investimento, destinadas à aquisição de ativo imobilizado, vêm sendo diferidas e reconhecidas na demonstração do resultado do período com base no saldo acumulado dessas subvenções, à medida que as despesas de depreciação do respectivo ativo são reconhecidas no resultado do período.

3.19 Informações sobre segmentos

A apresentação dos segmentos operacionais da Companhia considerou (i) a classificação utilizada pelo "tomador de decisões operacionais" – a diretoria da Companhia – quando das análises de resultado; (ii) a existência de informações financeiras para o segmento; (iii) o agrupamento de segmentos com características, riscos e retornos semelhantes entre eles; e (iv) a materialidade e relevância das informações por segmento.

Informações sobre segmentos são apresentadas em consonância com a estrutura dos segmentos de negócio e dos relatórios internos analisados pela Administração da Companhia.

3.20 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, novamente mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. Além disso, também é documentada a avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das variações originadas pelos itens a serem protegidos.

***Hedge* de fluxo de caixa**

Os ganhos e perdas dessas operações são inicialmente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e contemplam as variações cambiais geradas pelo instrumento de proteção. Esses ganhos e perdas são reclassificados para a demonstração do resultado (na linha de "Receita bruta de vendas") no mesmo momento em que o fluxo de caixa protegido afeta o resultado, ou seja, quando ocorre a exportação prevista que é protegida pelo *hedge*. No entanto, se a Companhia espera que a parcela ou a totalidade da perda, reconhecida originalmente em resultados abrangentes, não seja recuperada, todo esse montante é imediatamente reclassificado para o resultado.

Além disso, a Companhia avalia trimestralmente a efetividade retrospectiva e prospectiva dessa operação e, como consequência, reconhece os respectivos efeitos contábeis em conformidade com o IAS 39 e CPC 38.

Notas Explicativas

A parcela não efetiva do relacionamento de *hedge* entre o item protegido e seu instrumento de proteção é contabilizada diretamente no resultado.

Quando um instrumento de *hedge* prescreve, é vendido, ou liquidado antes de ocorrer a exportação objeto de *hedge*, ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou perda acumulada existente no patrimônio líquido naquele momento permanece inalterado até o momento em que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reclassificado para a demonstração do resultado. Quando não mais se espera que a transação anteriormente prevista ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido reconhecida no patrimônio líquido é imediatamente transferida para a demonstração do resultado.

A estratégia de proteção de parte dos fluxos de recebíveis decorrentes da exportação de fumo, no âmbito dos conceito do “hedge de fluxo de caixa”, foi iniciada em 30 de junho de 2011 – à época momento de negociação da safra de 2011 – e repactuada na negociação das safras seguintes, conforme detalhado nas Notas 7.3 e 7.5.

3.21 Benefícios a empregados

- **Benefícios de rescisão**

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

- **Participação nos resultados**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

- **Remuneração com base em ações**

A Companhia oferece a empregados e executivos planos de remuneração fixa e variável os quais possuem uma parcela referenciada ao preço das ações do acionista controlador, não havendo, no entanto, entrega/emissão de ações para liquidação. Esses valores são reconhecidos como despesa (30.09.2013 - R\$ 13.073 – 30.09.2012 – R\$ 17.443), tendo como contrapartida uma provisão a pagar ao empregado. - Na data do balanço, a Companhia revisa essas estimativas de benefício que são integralmente liquidadas em dinheiro.

Notas Explicativas

3.22 Plano de pensão para benefícios a empregados – obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de planos de pensão para seus funcionários. Os custos de patrocínio dos planos e eventuais déficits (superávits) são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis (CPC n° 33 R1), aplicados nas informações trimestrais consolidadas e individuais.

(a) Plano de benefício definido

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos de imposto de renda aplicáveis.

Para o plano que a Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades determinadas, de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada - Projected Unit Credit Method - PUC, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações. O passivo reconhecido no balanço patrimonial, quando aplicável, com relação ao plano de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data de balanço, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os custos de serviços passados que surgem com alterações de planos (positivo, quando novos benefícios são introduzidos/melhorados ou negativo, quando os benefícios existentes são reduzidos) são lançados imediatamente no resultado, quando surgem.

As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo e esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos é utilizado pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano.

A Companhia reconhece, de forma imediata e no patrimônio líquido, os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência (efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o efetivamente ocorrido) e nas mutações das premissas atuariais.

(b) Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares

Notas Explicativas

compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 23).

3.23 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4 Estimativas contábeis críticas

Estimativas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados quanto (b) requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos e complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

As seguintes estimativas, derivadas de experiência histórica e de vários outros fatores que a Administração julga como razoáveis e relevantes, sob certas circunstâncias, foram classificadas como sendo as de maior complexidade quando da preparação dessas informações trimestrais:

4.1 Provisão para perdas com créditos (*impairment*)

Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela Administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

4.2 Vida útil dos ativos de longa vida

A depreciação ou amortização dos ativos de longa vida considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização dos ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

4.3 Plano de pensão para benefícios a empregados – obrigações de aposentadoria

O valor atual do plano de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

Notas Explicativas

4.4 Provisões para contingências

As contingências são analisadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração.

4.5 Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção do fluxo de caixa futuro decorrente das exportações de fumo (Nota 7.3) estão apresentados pelo seu valor justo.

5 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das IFRS

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas com adoção a partir de 2013, abaixo listadas, com exceção do IFRS 9 (2015), já foram aplicadas pela Companhia e não trouxeram impactos relevantes nas informações trimestrais.

- IAS 19 “Benefícios a empregados”, emitido em junho de 2011. A alteração na norma afetará principalmente o reconhecimento e mensuração de planos de pensão de benefício definido, e divulgação de benefícios a empregados. Tais mudanças podem mudar significativamente os indicadores de desempenho da Companhia e aumentar o volume de informações a serem divulgadas, os quais ainda estão sendo avaliados pelo Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, emitido em novembro de 2009. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre *impairment* dos ativos financeiros e contabilização de *hedge* continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciarem-se antes de 1º de janeiro de 2012. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 “Mensuração de valor justo”, emitido em maio de 2011. A norma tem como objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade nas divulgações requeridas pelos IFRSs. As exigências não aumentam o uso do valor justo na contabilidade, porém orienta como deve ser aplicado quando seu uso for requerido ou permitido por outra norma. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e há uma isenção para aplicação das novas exigências de divulgação para períodos comparativos.

Em 2012 a Companhia adotou antecipadamente o Pronunciamento Técnico CPC 19(R2) - Negócios em Conjunto (*IFRS 11 - Joint Arrangements*) que trata de negócios em conjunto, conforme apresentado na Nota 3.1(b). Por consequência da adoção antecipada deste pronunciamento, a Companhia também adotou antecipadamente os Pronunciamentos Técnicos CPC 36(R3) – Demonstrações Consolidadas (*IFRS 10 - Consolidated Financial Statements*) e CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (*IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities*), que não trouxeram impactos nas informações trimestrais da Companhia.

Notas Explicativas

6 Gestão de risco financeiro

Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de mercado, crédito e liquidez. Nesse contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos.

6.1 Riscos de mercado

(a) Risco de taxa de juros

O objetivo da política de gerenciamento do risco de taxa de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que impactem seus resultados financeiros.

Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreados em taxas fixas tanto na gestão de sua carteira de investimentos quanto na captação de recursos.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

(b) Risco de taxa de câmbio

Parcela significativa das operações da Companhia é realizada no mercado internacional, sobretudo o negócio de exportações de fumo. A Companhia possui contrato de exportação de fumo com empresa do Grupo BAT denominada British American Tobacco (GLP) Limited. Esse contrato, que entrou em vigor em 30 de junho de 2011, foi firmado por longo prazo, com garantia mínima de demanda e potencial para crescimento, além de possibilitar à Companhia redução de imobilização de capital e contratação de fumicultores por longo prazo. A metodologia de precificação foi previamente definida, levando-se em consideração a cobertura dos custos do negócio de exportação de fumo e a remuneração do capital investido nesse negócio. Esse contrato foi firmado de forma a garantir maior previsibilidade do fluxo de embarques, o qual sempre ocorrerá no prazo de 12 meses subsequentes à sua data de início de vigência. Em 28 de junho de 2013, um novo fluxo de embarques foi renegociado e firmado com o GLP e, a exemplo dos anos anteriores, a Companhia optou por mitigar a volatilidade cambial dos recebíveis vinculados a esses embarques por meio de uma estratégia de *hedge* composta de adiantamentos de contratos de câmbio (Notas 7.3(a) e 17) e contratos a termo de venda de moeda estrangeira (USD) – operações de NDF (*Non Deliverable Forward*), cujas principais características estão descritas na Nota 7.3(b).

A parcela de risco cambial coberta por esses instrumentos corresponde a aproximadamente 87% do fluxo de exportações (2012 – 67%). A definição dessa parcela levou em consideração, dentre outras variáveis, a previsibilidade do fluxo de embarques que ocorrerá nos próximos 12 meses – variável esta fundamental para garantir a efetividade da estratégia de *hedge*.

Notas Explicativas

As normas contábeis requerem que seja apresentada uma análise sensível que demonstre os impactos decorrentes de variações hipotéticas nas taxas de câmbios sobre itens de ativos e passivos em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um cenário possível de depreciação do dólar em 25% e um cenário remoto de depreciação do dólar em 50% sobre os principais itens em aberto na data das informações trimestrais consolidadas (Nota 7.6). O caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE), fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos representam em 30 de setembro de 2013 um passivo líquido de US\$ 160,4 milhões (US\$ 132,9 milhões em dezembro de 2012).

6.2 Risco de crédito

- **Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações trimestrais foi:

	Consolidado	
	30.09.13	31.12.12
Caixa e Bancos	164.293	200.828
Aplicações Financeiras	1.023.194	1.100.548
Clientes Terceiros	503.702	656.628
Contas a Receber de Agricultores	23.006	13.225
	1.714.195	1.971.229

Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito avaliadas por agências independentes de classificação de riscos (*rating* mínimo Baa2 de acordo com a empresa Moody's), além de manter limites financeiros de operações individualizados por instituição financeira.

Clientes Terceiros

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes e agricultores (Nota 9), assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes e o *rating* de crédito é revisto regularmente.

Notas Explicativas

6.3 Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia somente possui aplicações com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a uma eventual exigibilidade imediata dos saldos de fornecedores, das garantias concedidas aos fumicultores, que tem vencimento de menos de 1 ano e, de empréstimos e financiamentos, cujo cronograma de vencimento está apresentado na Nota 17. Os demais passivos financeiros da Companhia apresentam vencimento com período inferior a 1 ano, exceto o financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. que possui vencimento entre setembro de 2012 e fevereiro de 2015.

6.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, e para manter uma adequada estrutura de capital.

A Companhia utiliza capital de terceiros para financiar parte do seu capital circulante bem como suas exportações de fumo, e utiliza capital próprio para a realização de investimentos de longo prazo. A distribuição de dividendos é também parte relevante da estratégia de gestão de capital, tendo a Companhia, nos últimos anos, destinado seus excedentes de caixa aos seus acionistas.

7 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia e suas controladas avaliaram seus principais ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado.

Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. No entanto, o uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas, não trarão efeitos materiais de realização dessas estimativas.

7.1 Classificação dos instrumentos financeiros

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos. Em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados encontram-se descritos a seguir:

(a) Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos com operações em conjunto e outros ativos circulantes, cujos valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

Notas Explicativas

(b) Outros passivos financeiros

São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos. Os empréstimos estão sujeitos a juros com taxas correntes de mercado e à variação cambial, conforme descrito na Nota 17.

7.2 Estimativa com base no valor justo

Pressupõe-se que a estimativa de saldos de contas a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigentes no mercado, para instrumentos financeiros similares. A Companhia utilizou os preços cotados em mercados ativos para instrumentos idênticos sobre a avaliação dos valores justos usados.

O Grupo aplica o IFRS 13 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções não observáveis para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (nível 3).

Os quadros a seguir apresentam os valores contábeis e justos dos referidos ativos e passivos e o nível da hierarquia do valor justo:

Notas Explicativas

• Consolidado

	Nível de classificação	30.09.13		31.12.12	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis:	2				
. Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)		1.187.487	1.187.487	1.301.376	1.301.376
. Contas a receber (Nota 9)		584.929	584.929	617.810	617.810
. Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V.		(802.628)	(802.628)	(969.894)	(969.894)
. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (Nota 17)		(11.620)	(11.620)	(12.013)	(12.013)
. Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) (Nota 17)		-	-	(194.375)	(194.375)
. Fornecedores		(261.056)	(261.056)	(298.516)	(298.516)
. Outros		905.923	905.923	29.350	29.350
		1.603.035	1.603.035	473.738	473.738
Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:	2				
. Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) (Nota 17)		(545.870)	(545.870)	(17.234)	(17.234)
. Instrumento Financeiros Derivativos - (Nota 7.3)		7.628	7.628	3.194	3.194
		(538.242)	(538.242)	(14.040)	(14.040)

• Controladora

	Nível de classificação	30.09.13		31.12.12	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis:	2				
. Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)		844.955	844.955	1.290.971	1.290.971
. Contas a receber (Nota 9)		571.082	571.082	603.427	603.427
. Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V.		(802.628)	(802.628)	(969.894)	(969.894)
. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (Nota 17)		(11.620)	(11.620)	(12.013)	(12.013)
. Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) (Nota 17)		-	-	(194.375)	(194.375)
. Fornecedores		(256.244)	(256.244)	(295.401)	(295.401)
. Outros		985.358	985.358	27.393	27.393
		1.330.903	1.330.903	450.108	450.108
Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:	2				
. Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) (Nota 17)		(545.870)	(545.870)	(17.234)	(17.234)
. Instrumento Financeiros Derivativos - (Nota 7.3)		7.628	7.628	3.194	3.194
		(538.242)	(538.242)	(14.040)	(14.040)

7.3 Contabilidade de Hedge – “Hedge Accounting”

A exemplo da estratégia de proteção de parte dos fluxos de recebíveis decorrentes da exportação de fumo, elaborada pela Administração desde 2011 à luz do conceito do “*hedge* de fluxo de caixa”, em 28 de junho de 2013 um novo fluxo de embarques foi renegociado e firmado com a empresa do Grupo BAT denominada British American Tobacco (GLP) Limited até janeiro de 2015. Adicionalmente, em 2013 a Companhia também firmou contrato de exportação de fumo com a empresa China Tobacco International Inc.. Dessa forma, a Companhia optou por mitigar a volatilidade cambial dos recebíveis por meio de uma estratégia de *hedge* de fluxo de caixa composta de adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) e contratos a termo de venda de moeda estrangeira (USD) – operações de NDF (*Non Deliverable Forward*).

Notas Explicativas

(a) Não derivativo

Nesse contexto, as variações cambiais dos instrumentos financeiros não derivativos representados por contratos de ACC (instrumentos de proteção), estão contabilizadas no patrimônio líquido, na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial”, sendo reclassificadas ao resultado do período no momento em que os recebíveis de exportações de fumo (item protegido) impactarem o resultado, ou seja, no momento em que ocorrerem os embarques. A partir dessa data, ambas as variações cambiais serão contabilizadas diretamente no resultado do período até o momento da liquidação financeira do item protegido e de seu respectivo instrumento de proteção.

A parcela correspondente às exportações de fumo contratadas em junho de 2013, objeto de proteção, corresponde a USD 150 milhões com o GLP e USD 86 milhões de embarques para o mercado da China, ambas protegidas por contratos de ACC.

(b) Derivativo

Conforme mencionado acima, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos em junho de 2012, junho e setembro de 2013 através de operações de NDF (*Non Deliverable Forward*) para mitigar a volatilidade cambial de parcela do fluxo de recebíveis de exportações de fumo pelo novo fluxo de embarque da safra 2013. As principais características desses novos instrumentos e dos instrumentos anteriores, podem ser resumidas como segue:

Derivativo	Instituição Financeira	Rating bancos	Data Contrato	Data de Vencimento	Taxa a Termo	Montante (USD mil)	Montante (R\$ mil)	Valor justo (R\$ mil)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	29/06/12	30/07/12	2,0323	32.500	Liquidado	
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	29/06/12	27/02/13	2,0926	20.100	Liquidado	
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	29/06/12	27/03/13	2,0997	23.100	Liquidado	
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	29/06/12	29/04/13	2,1078	23.800	Liquidado	
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	29/06/12	29/05/13	2,1158	24.500	Liquidado	
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	29/06/12	27/06/13	2,1229	19.800	Liquidado	
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	29/06/12	30/07/13	2,1313	13.800	Liquidado	
					Total	157.600		
NDF	Standard Chartered	A2	28/06/13	30/07/13	2,2286	32.000	Liquidado	
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	29/08/13	2,2426	25.000	Liquidado	
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	27/09/13	2,2551	34.000	Liquidado	
					Total	91.000	Total Liquidado	
NDF	Banco HSBC Brasil S.A.- Banco Múltiplo	Baa2	28/06/13	30/10/13	2,2698	7.000	15.889	15.889
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	26/09/13	02/01/14	2,2824	9.000	20.542	20.542
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	26/02/14	2,3253	27.000	62.783	62.783
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	26/03/14	2,3377	27.000	63.118	63.118
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	28/04/14	2,3537	26.000	61.196	61.196
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	28/05/14	2,3691	24.000	56.858	56.858
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	26/06/14	2,3836	18.000	42.905	42.905
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	29/07/14	2,4018	19.000	45.634	45.634
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	27/08/14	2,4176	18.000	43.517	43.517
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	26/09/14	2,4363	15.000	36.545	36.545
NDF	Banco HSBC Brasil S.A.- Banco Múltiplo	Baa2	28/06/13	28/10/14	2,4506	15.000	36.759	36.759
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	26/11/14	2,4666	13.000	32.066	32.066
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	19/12/14	2,4856	11.000	27.342	27.342
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	28/01/15	2,5046	14.000	35.064	35.064
					Total	243.000	580.218	580.218
					Total	334.000		

Todas essas operações encontram-se devidamente registradas na CETIP S.A.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, essa estratégia de *hedge* se mostrou efetiva, tanto prospectivamente quanto retrospectivamente.

7.4 Contas a receber – venda da Yolanda Netherlands B.V.

Conforme mencionado na Nota 1, a operação de venda da Yolanda Netherlands B.V. foi liquidada pelo GLP junto à subsidiária direta Yolanda Participações da seguinte forma: (a) pagamento em caixa no valor de R\$ 285 milhões e (b) emissão de seis letras descontadas, no valor total de R\$ 1.088 milhões, cujos vencimentos e valores individuais são como segue:

Datas de vencimento	Valores de principal na data do contrato (jun/12)		Valores de resgate	Valores dos juros	Saldos atualizados em 30.09.13
	(USD mil)	(R\$ mil)			
27/07/2012	33.000	66.683	33.000	48	liquidado
29/05/2013	145.000	293.002	147.664	2.664	liquidado
27/03/2014	98.000	198.029	101.878	2.793	224.708
27/06/2014	84.000	169.739	87.805	2.394	192.607
29/09/2014	63.000	127.304	66.222	1.795	144.454
29/12/2014	115.300	232.987	121.850	3.286	264.375
TOTAL	538.300	1.087.744	558.419	10.268	826.144

7.5 Saldos e resultados dos instrumentos financeiros utilizados para *hedge*

	USD milhões		R\$ milhões			
	Saldos		Patrimônio líquido		Resultado	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12	30.09.13	30.09.12
Hedge da volatilidade gerada pelos contratos de exportação:						
ACC	-	-	-	-	-	(20,3)
NDF (Non Deliverable Forward)	-	-	-	-	-	(68,3)
Hedge de fluxo de caixa:						
ACC	229,7	103,6	(8,9)	(4,3)	(3,8)	(17,3)
NDF (Non Deliverable Forward)	243,0	125,1	(1,7)	3,2	2,8	(24,4)
Trava de câmbio	-	-	-	-	-	(4,0)
Total	472,7	228,7	(10,6)	(1,1)	(1,0)	(134,3)

7.6 Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros

Em complemento às análises de risco mencionadas na Nota 6 e em conformidade com a Instrução CVM Nº 475/08, apresentamos abaixo “Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo” dos principais instrumentos financeiros, considerando-se que o principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de câmbio.

Notas Explicativas

	Operação	Valor exposto (USD mil)	Ganho (Perda) no resultado - R\$ mil		
			Cenário Provável taxa spot R\$/USD 2,29	Cenário Possível - Depreciação do US\$ em 25%	Cenário Remoto - Depreciação do US\$ em 50%
Itens expostos	Contas a receber de exportação	61.398	3.721	(34.220)	(68.441)
	Fluxo de embarque de fumo	472.723	28.647	(263.472)	(526.944)
	Contas a receber-letas descontadas (Nota 7.4)	370.568	22.456	(206.536)	(413.072)
	Financiamentos para exportação de fumo (Nota 17)	(360.054)	(21.817)	200.657	401.314
		544.635			
Instrumentos de hedge	ACC - contas a receber	229.723	(13.921)	128.036	256.072
	NDF - fluxo de embarque de fumo	243.000	(14.726)	135.436	270.872
		472.723			
Efeito líquido no resultado			4.360	(40.099)	(80.199)

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
Caixa e Bancos	164.293	200.828	151.726	194.511
Aplicações em debentures com compromisso de recompra	548.073	571.588	479.628	567.500
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	97.010	378.700	97.010	378.700
Fundos de Investimentos	378.111	150.260	116.591	150.260
	1.187.487	1.301.376	844.955	1.290.971

Do saldo consolidado de caixa e equivalentes de caixa, R\$ 15.328 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 7.835) referem-se a recursos mantidos em moeda estrangeira. Os depósitos bancários de curto prazo são aplicados em títulos de liquidez imediata de instituições financeiras que possuem classificação externa de crédito considerada de primeira linha pelas agências de avaliação de riscos.

9 Contas a receber

(a) Composição do saldo

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
Circulante				
Cientes Terceiros	503.702	656.628	491.115	642.117
Cientes Cias do Grupo BAT	98.045	102.836	98.045	102.836
Adiantamentos sobre Cambiais Entregues	(29.924)	(141.360)	(29.924)	(141.360)
Contas a Receber de Agricultores	20.660	11.103	20.660	11.103
Provisão para Impairment	(12.355)	(19.820)	(12.189)	(19.349)
Outras	2.455	6.301	2.454	6.300
	582.583	615.688	570.161	601.647
Não Circulante - Contas a Receber de Agricultores e Outros	2.346	2.122	921	1.780
Parcela do saldo a receber de clientes mantido em dólares dos Estados Unidos	144.812	172.125	136.881	165.189

Notas Explicativas

(b) Idade do saldo de contas a receber de clientes e de agricultores

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
A vencer	560.235	591.611	546.222	576.757
Vencidos até 180 dias	30.082	37.225	30.082	37.225
Vencidos há mais de 180 dias	6.967	8.794	6.967	8.794
	597.284	637.630	583.271	622.776

As contas a receber de agricultores constituem-se basicamente de: - (i) fornecimento de insumos agrícolas para o plantio e colheita do fumo e (ii) investimentos para construção de estufas e galpões para cura e secagem do fumo pelo produtor.

(c) Movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2012	19.820	19.349
Adições/Reversões	1.703	1.703
Baixas	(9.168)	(8.863)
Saldos em 30 de setembro de 2013	12.355	12.189

10 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
Circulante				
Produtos Acabados	1.081.320	619.874	1.080.573	619.071
Produtos em Elaboração	5.271	4.249	5.150	4.129
Matérias-Primas	376.412	316.574	371.987	313.183
Produtos de Revenda	46.736	34.466	46.560	34.393
Materiais Diversos	53.341	46.478	49.898	43.747
Provisão para Impairment	(5.972)	(27.049)	(5.835)	(26.792)
	1.557.108	994.592	1.548.333	987.731
Não Circulante - Matéria-Prima (lenha)	16.410	15.430	16.402	15.430

Notas Explicativas

11 Tributos a recuperar – circulante e não circulante

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
ICMS sobre compra de ativo imobilizado (unidades fabris)	30.418	34.014	30.418	34.014
Diferencial de alíquota de ICMS entre os estados	70.911	50.848	70.911	50.848
Provisão para perdas com créditos fiscais - ICMS	(12.665)	(12.665)	(12.665)	(12.665)
Imposto de renda e contribuição social	7.356	6.083	7.233	5.670
PIS/COFINS/Finsocial a recuperar	80.863	602	80.844	602
Outros impostos a recuperar	4.109	4.630	4.099	4.620
	180.992	83.512	180.840	83.089
Circulante	80.810	58.284	80.658	57.861
Não Circulante	100.182	25.228	100.182	25.228

12 Impostos e Despesas Antecipados

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
IPI	223.707	540.539	223.707	540.539
Despesas antecipadas	37.899	43.040	36.999	41.713
Selos em estoques	1.710	38.392	1.710	38.392
ICMS	1.047	543	1.047	543
	264.363	622.514	263.463	621.187

O montante maior percebido em 2012 deve-se principalmente ao pagamento de IPI incidente sobre produtos na saída de fábrica a serem apropriados no momento das vendas.

13 Investimentos

(a) Composição do saldo

	Controladora	
	30.09.13	31.12.12
Controlada		
Yolanda Participações S.A. e operação em conjunto	256.448	1.080.459
Operação em conjunto		
Agrega Inteligência em Compras Ltda.	6.406	8.974
	262.854	1.089.433

Notas Explicativas

(b) Movimentações do saldo

Sociedades Controlada e Operação em Conjunto	Controlada	Operação em conjunto	Total
	Yolanda Participações S.A. e sociedades controladas	Agrega Inteligência em Compras Ltda.	
Principais Informações			
Quantidade de ações ordinárias/quotas possuídas:			
em 31 de dezembro de 2012	111.405	55.000	
em 30 de setembro de 2013	111.405	55.000	
Percentual de participação no capital social:			
em 31 de dezembro de 2012	100,00 %	50,00 %	
em 30 de setembro de 2013	100,00 %	50,00 %	
Total de Ativos:			
em 31 de dezembro de 2012	1.082.186	18.477	
em 30 de setembro de 2013	1.190.915	12.969	
Total de Passivos:			
em 31 de dezembro de 2012	1.727	529	
em 30 de setembro de 2013	934.467	158	
Patrimônio líquido:			
em 31 de dezembro de 2012	1.080.459	17.948	
em 30 de setembro de 2013	256.448	12.811	
Lucro líquido do período:			
em 30 de setembro de 2012	22.626	8.180	
em 30 de setembro de 2013	97.595	8.863	
Movimentação dos investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.080.459	8.974	1.089.433
Ajustes de Avaliação Patrimonial apropriados diretamente no Patrimônio Líquido:			
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	1.916	-	1.916
Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira	415	-	415
Resultado de equivalência patrimonial	97.595	4.432	102.027
Redução de Capital (*)	(923.937)	-	(923.937)
Dividendos Pagos	-	(7.000)	(7.000)
Saldos em 30 de setembro de 2013	256.448	6.406	262.854

(b) Assembleia Geral Extraordinária

Em AGE realizada em 23 de julho de 2013, a administração da Yolanda Participações S.A. aprovou um aumento do capital social, sem emissão de ações, no valor total de R\$ 63.298.250,53, sendo R\$ 40.491,99 provenientes da utilização da totalidade do saldo da Reserva de Capital em 2013 e R\$ 63.248.758,54 da utilização da totalidade do saldo da Reserva Legal. Assim, o capital social passou de R\$ 899.647.551,82 para R\$ 962.936.802,35.

(*) Em AGE realizada em 30 de julho de 2013, a administração da Yolanda Participações S.A. aprovou uma redução do capital social, sem cancelamento de ações, no valor total de R\$ 923.936.802,35, considerando o excesso de capital verificado na Companhia. Assim, o capital social passou de R\$ 962.936.802,35 para R\$ 39.000.000,00.

A quantidade de ações permanece inalterada, 111.405 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Notas Explicativas

14 Imobilizado

(a) Composição do saldo líquido

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
Terrenos	37.347	37.582	37.347	37.582
Edifícios	228.259	237.763	227.184	236.752
Máquinas e Equipamentos	366.760	301.703	359.712	296.056
Veículos	48.504	42.779	47.659	41.870
Imobilizado em Andamento	187.109	293.803	185.181	291.638
Equipamentos de Processamento de Dados	17.789	23.435	17.687	23.324
Móveis e Utensílios	14.287	15.495	14.186	15.381
Instalações	17.578	16.023	17.570	16.013
Outros (inclui ativo diferido na controladora)	5.863	5.915	4.334	4.414
	923.496	974.498	910.860	963.030

(b) Síntese das movimentações do saldo consolidado

Custo do imobilizado bruto	Terrenos/ Cercas	Edifícios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Imobilizado em Andamento	Equipamentos de Processamento de Dados	Móveis e Utensílios	Outros Imobilizados	Total
Saldos em 31.12.12	39.128	446.288	1.422.149	181.986	293.803	111.934	37.500	58.717	2.591.505
Adições	-	94	9.348	7.882	32.352	1.039	101	1.214	52.030
Transferências	54	4.242	121.774	2.951	(138.808)	2.769	789	4.126	(2.103)
Baixas	(217)	(95)	(12.455)	(7.602)	-	(4.562)	(447)	(1.008)	(26.386)
Impairment	-	-	416	-	-	-	-	-	416
Efeito do Câmbio	-	130	2.322	243	(238)	29	20	408	2.914
Saldos em 30.09.13	38.965	450.659	1.543.554	185.460	187.109	111.209	37.963	63.457	2.618.376
Depreciação acumulada									
Saldos em 31.12.12	1.546	208.525	1.120.446	139.207	-	88.499	22.005	36.779	1.617.007
Adições	72	13.903	67.591	5.008	-	9.371	2.025	3.458	101.428
Baixas	-	(94)	(12.160)	(7.565)	-	(4.494)	(383)	(661)	(25.357)
Efeito do Câmbio	-	66	917	306	-	44	29	440	1.802
Saldos em 30.09.13	1.618	222.400	1.176.794	136.956	-	93.420	23.676	40.016	1.694.880
Imobilizado líquido									
Saldos em 31.12.12	37.582	237.763	301.703	42.779	293.803	23.435	15.495	21.938	974.498
Saldos em 30.09.13	37.347	228.259	366.760	48.504	187.109	17.789	14.287	23.441	923.496

Notas Explicativas

(c) Síntese das movimentações do saldo da controladora

Custo do imobilizado bruto	Terrenos/ Cercas	Edifícios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Imobilizado em Andamento	Equipamentos de Processamento de Dados	Móveis e Utensílios	Outros Imobilizados	Total
Saldos em 31.12.12	39.128	444.918	1.411.660	179.747	291.638	111.005	37.011	77.925	2.593.032
Adições	-	94	9.347	7.882	32.352	1.023	101	1.162	51.961
Transferências	54	4.242	121.774	2.951	(138.809)	2.769	790	4.125	(2.104)
Baixas	(217)	(95)	(12.455)	(7.602)	-	(4.562)	(446)	(1.008)	(26.385)
Impairment	-	-	416	-	-	-	-	-	416
Saldos em 30.09.13	38.965	449.159	1.530.742	182.978	185.181	110.235	37.456	82.204	2.616.920
Depreciação acumulada									
Saldos em 31.12.12	1.546	208.166	1.115.604	137.877	-	87.681	21.630	57.498	1.630.002
Adições	72	13.903	67.586	5.008	-	9.362	2.023	3.464	101.418
Baixas	-	(94)	(12.160)	(7.566)	-	(4.495)	(383)	(662)	(25.360)
Saldos em 30.09.13	1.618	221.975	1.171.030	135.319	-	92.548	23.270	60.300	1.706.060
Imobilizado líquido									
Saldos em 31.12.12	37.582	236.752	296.056	41.870	291.638	23.324	15.381	20.427	963.030
Saldos em 30.09.13	37.347	227.184	359.712	47.659	185.181	17.687	14.186	21.904	910.860

15 Intangível

(a) Composição do saldo

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
Programas de Software-Licenças de Uso	266.935	260.876	262.064	250.385
Intangível em Andamento	1.298	9.822	1.298	9.822
Amortização Acumulada	(238.219)	(226.996)	(234.376)	(217.493)
	30.014	43.702	28.986	42.714

(b) Movimentações do saldo consolidado

	Saldos em 31.12.12	Adições	Transferências	Baixas	Efeito Câmbio	Saldos em 30.09.13
Custo do intangível	270.698	1.295	1.874	(6.009)	375	268.233
Amortização acumulada	(226.996)	(16.892)	-	6.009	(340)	(238.219)
Intangível líquido	43.702	(15.597)	1.874	-	35	30.014

(c) Movimentações do saldo da controladora

	Saldos em 31.12.12	Adições	Transferências	Saldos em 30.09.13
Custo do intangível	260.207	1.281	1.874	263.362
Amortização acumulada	(217.493)	(16.883)	-	(234.376)
Intangível líquido	42.714	(15.602)	1.874	28.986

Notas Explicativas

16 Tributos a Recolher sobre Vendas

	Consolidado e Controladora	
	30.09.13	31.12.12
IPI	377.563	713.202
ICMS	333.335	386.139
PIS	29.838	34.314
COFINS	97.530	114.764
	838.266	1.248.419

Os reajustes de preços dos cigarros promovidos em 2012 a fim de compensar os aumentos médios do IPI de 41% a partir de 1º de maio de 2012 e de 18% a partir de 1º de janeiro de 2013 contribuíram substancialmente para o crescimento da posição de tributos a recolher no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

17 Empréstimos e financiamentos

Circulante	Encargos	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
Moeda Nacional					
Capital de Giro	Taxas de mercado	11.620	12.013	11.620	12.013
Moeda estrangeira					
Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) US\$ 245 milhões (2012 - US\$ 104 milhões)	0,9% a.a. (2012 - 1,10% a.a.) + variação cambial	545.870	211.609	545.870	211.609
Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (Notas 01 e 29) US\$ 175 milhões (2012 - US\$ 125 milhões)	6% a.a. (2012 - 6% a.a.) + variação cambial	390.153	248.779	390.153	248.779
		947.643	472.401	947.643	472.401
Não Circulante					
Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (Notas 01 e 29) US\$ 185 milhões (2012 - US\$ 350 milhões)	6% a.a. (2012 - 6,0% a.a.) + variação cambial	412.475	721.115	412.475	721.115

• Vencimentos – em milhões

Circulante - Capital de giro e ACC - em milhões	Vencimentos	30.09.13	31.12.12
Instituições financeiras:			
Banco Bradesco S.A.	1 — 3 meses	98,5	20,0
Banco Bradesco S.A.	Até 1 ano	94,1	6,2
Banco Citibank S/A	Até 1 ano	28,3	10,5
Banco do Brasil S.A.	1 — 3 meses	-	20,9
Banco do Brasil S.A.	Até 1 ano	163,5	-
Banco Santander Brasil S.A.	1 — 3 meses	4,5	-
Banco Itaú BBA S.A.	1 — 3 meses	33,9	38,9
Banco Itaú BBA S.A.	Até 1 ano	11,6	12,0
Banco JP Morgan	1 — 3 meses	82,7	57,4
Banco JP Morgan	Até 1 ano	40,3	57,7
		557,4	223,6
Yolanda Netherlands B.V. - circulante e não circulante			
	Até 1 ano	390,2	248,8
	1 — 2 anos	412,5	526,7
	2 — 3 anos	-	194,4
		802,7	969,9
		1.360,1	1.193,5

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2013, o limite de créditos não utilizados junto às instituições financeiras montava R\$ 135 milhões.

Os adiantamentos de contrato de câmbio têm como garantia os contratos de exportação. Os empréstimos para capital de giro são para suprir necessidades temporárias de caixa e têm como garantia cédula de crédito bancário. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos de curto prazo aproximam-se de seu valor justo.

18 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

(a) Composição consolidada das provisões para contingências

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	93.272	41.229	38.332	172.833
Adições e reversões	5.343	(16.733)	2.051	(9.339)
Baixas por pagamento	(242)	(21.495)	(7.492)	(29.229)
Saldos em 30 de Setembro de 2013	98.373	3.001	32.891	134.265

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam R\$ 324 milhões (em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 394 milhões) relacionados às principais disputas em processos administrativos e judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível.

(b) Composição consolidada dos depósitos judiciais

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	166.675	1.056	29.866	197.597
Saldos em 30 de setembro de 2013	182.273	1.072	31.275	214.620

(c) Comentários sobre os principais processos envolvendo a Companhia e suas controladas (valores individuais acima de R\$ 30 milhões considerando a probabilidade de perda possível e provável):

- I. Imposto de renda e contribuição social sobre a correção monetária da conta redutora de patrimônio líquido instituída pelo artigo 7º da Lei nº 7.799/89 – risco máximo R\$ 34,0 milhões

Notas Explicativas

Ação visando à declaração da inexistência de relação jurídica entre as autoras (Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio, Contab-Continental - Participações, Administração de Bens e Planejamento S/A, Companhia de Cigarros Souza Cruz S/A e Cleb - Empreendimentos, Serviços, Negócios Comerciais e Industriais S/A) e a União Federal tendo por objeto a obrigação de pagar imposto de renda e contribuição social sobre a correção monetária da conta redutora de patrimônio líquido instituída pelo artigo 7º da Lei nº 7.799/89, que registrou os dividendos intermediários distribuídos no curso do período-base de 1989, correspondente ao exercício de 1990. Probabilidade de perda possível.

Foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelas empresas, que, na sequência, interpuseram recurso de apelação. O referido recurso foi improvido pelo TRF-2. Em face do respectivo acórdão, foram interpostos recursos especial e extraordinário. O recurso especial foi conhecido parcialmente e, nessa parte, improvido. O recurso extraordinário, por sua vez, não foi conhecido, o que motivou a interposição de agravo de instrumento ao STF, ao qual foi negado seguimento monocraticamente. Na sequência, foi interposto agravo regimental, que teve seu provimento negado. E, contra a referida decisão, foram opostos embargos de declaração pelas empresas. Na sequência, a União apresentou contrarrazões que ainda encontra-se pendente de julgamento.

II. ICMS - Imunidade de Papel – risco máximo R\$ 54,6 milhões

Ação anulatória de débito fiscal com pedido liminar de antecipação dos efeitos da tutela com o objetivo de suspender a exigibilidade de crédito tributário de ICMS. Esse processo foi inicialmente ajuizado pela empresa Schweitzer-Mauduit, que já pertenceu ao grupo Souza Cruz sob a denominação Indústrias de Papel Pirahy S.A., sendo a responsabilidade atribuída, por contrato de compra e venda, à Souza Cruz. A responsabilidade da Companhia se fundamenta na obrigação de fazer considerando-se o que fora acordado neste contrato de compra e venda da empresa.

Foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos formulados pela empresa. Houve interposição de recurso de apelação pelo Estado do Rio de Janeiro, ao qual foi negado provimento. Contra o respectivo acórdão, o Estado interpôs recurso extraordinário, que foi inadmitido. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Agravo de Instrumento interposto pelo Estado.

Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível.

III. IPI sobre cigarros sinistrados – risco máximo R\$ 38,5 milhões

As autoridades fiscais autuaram a Souza Cruz pelo não recolhimento do IPI sobre operações de vendas de cigarros que não se concretizaram por conta do roubo dos produtos antes da entrega ao cliente.

Foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos formulados pela empresa. Em face dessa sentença, a União Federal interpôs recurso de apelação, ao qual, por maioria de votos, foi dado provimento. Em 2ª Instância, foi proferida decisão negando provimento aos Embargos de Declaração da Companhia e ao Agravo Interno da União. Atualmente, aguarda-se a devolução dos autos pelo MPF para o processamento e a distribuição dos Embargos Infringentes opostos pela Souza Cruz.

Notas Explicativas

Objetivando garantir a execução fiscal correlata, foi depositado judicialmente o valor de R\$ 36,7 milhões, em novembro de 2011.

Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível.

IV. Taxa ANVISA de inspeção sanitária

A Companhia, suportada por mandado de segurança, vem depositando judicialmente os valores cobrados pela ANVISA a título da taxa de inspeção sanitária exigida no registro e renovação de produtos. Por entender que as possibilidades de perda nessa discussão são prováveis, esses valores se encontram provisionados. Em 30 de setembro de 2013, o valor total provisionado corresponde a R\$ 61,6 milhões (em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 58 milhões).

V. Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) - risco máximo R\$ 24,7 milhões

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entende que a Companhia deveria recolher o SAT em alíquota superior, enquanto a Companhia pretende a declaração da validade do seu auto enquadramento, considerando o grau de risco de cada uma de suas Unidades.

A sentença que julgou improcedente o pedido da Companhia foi recentemente anulada, sendo determinado o retorno dos autos à origem para realização de perícia judicial e novo julgamento.

A Companhia apresentou quesitos e indicou assistente técnico para início da perícia, tendo o INSS apresentado impugnação ao valor da perícia. No momento, aguarda-se a apreciação do Juízo.

A questão do auto enquadramento para fins de incidência do SAT, é matéria que possui entendimento jurisprudencial favorável à tese da Companhia, tendo sido, inclusive, consignado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região essa possibilidade no caso concreto, por ocasião do julgamento do recurso de apelação da Companhia.

Além disso, a partir do Decreto 6.957/2009, a Companhia passou a ter reconhecido o grau de risco 2 (fabricação de cigarros), exatamente o grau defendido na ação proposta.

A probabilidade de perda dessa ação é considerada possível pelos consultores jurídicos.

VI. Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) - Diferencial do SAT – risco máximo R\$ 59,3 milhões

Em que pese o entendimento jurídico acerca dessa matéria, conforme descrito no item anterior, a Companhia foi autuada pela Delegacia da Receita Previdenciária de São Paulo, objetivando a constituição e recebimento do diferencial do SAT, apurado no período de 01/1994 a 01/2004.

Essa notificação foi julgada improcedente em 1ª instância e, no momento, aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Após interposição de Recurso Voluntário pela Companhia, foi proferida decisão convertendo o julgamento em diligência.

A tese defendida pela Companhia, qual seja, de auto enquadramento no grau de risco médio, sob a alíquota de 2% e não de 3%, encontra consonância com os investimentos realizados pela Companhia, na área de prevenção de acidentes, o que lhe garantiria o direito a revisão do

Notas Explicativas

enquadramento do seu grau de risco, conforme entendimento do Judiciário Brasileiro sobre a matéria.

Além disso, a partir do Decreto 6.957/2009, a Companhia passou a ter reconhecido o grau de risco 2 (fabricação de cigarros), exatamente o grau sempre defendido pela Companhia.

Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível.

(d) Responsabilidade pelo fato do produto

Em 30 de setembro de 2013, havia 179 processos (em 31 de dezembro de 2012 - 206 processos) dessa natureza em andamento. De acordo com opiniões dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, a probabilidade de perda das ações é considerada remota, não sendo requerido uma provisão referente à responsabilidade pelo fato do produto.

Até 30 de setembro de 2013, o Judiciário Brasileiro havia proferido decisões em 556 casos, dos quais 553 (em 31 de dezembro de 2012 - 530) foram favoráveis à Companhia, e 3 (em 31 de dezembro de 2012 - 4) desfavoráveis (pendentes de recurso). Todos os 473 casos encerrados com decisões definitivas (em 31 de dezembro de 2012 - 442) são favoráveis aos argumentos de defesa da Companhia.

19 Incentivos fiscais

Referem-se a benefícios que vêm sendo concedidos desde 1997, com base no programa estadual de incentivos fiscais do ICMS - Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM) do Estado do Rio Grande do Sul, para a construção da fábrica de cigarros na cidade de Cachoeirinha, município da região metropolitana de Porto Alegre, e da Usina de Processamento de Fumo, na cidade de Santa Cruz do Sul. Esses benefícios terminaram em junho de 2005.

Em agosto de 2005, o Programa foi estendido para contemplar a transferência para Cachoeirinha do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPD) e do Departamento Gráfico (DG), sediados no Rio de Janeiro àquela época, além da construção de nova linha de processamento de talos de folhas de fumo na cidade de Santa Cruz do Sul. Esses benefícios se encerraram em 30 de abril de 2013 conforme previsto nos protocolos assinados com o Governo do Estado.

Os valores referentes a subsídios do Governo são registrados em conta do passivo, com apropriação para o resultado baseado na realização do correspondente ativo incentivado.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, foram registrados na conta "Incentivos Fiscais" no passivo não circulante o montante de R\$ 26.593 (ano de 2012 - R\$ 22.280) relativos a entradas de incentivos fiscais e realizado ao resultado do período o montante de R\$ 50.306, perfazendo um saldo de R\$ 284.388 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 308.101). O montante realizado de R\$ 50.306 (30.09.2012 - R\$ 51.807) foi reconhecido no resultado do período na rubrica "Outras (Receitas) Despesas, Líquidas".

Notas Explicativas

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital Social é composto de 1.528.450.500 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, assim distribuídas:

	30.09.13		31.12.12	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Controle Acionário:	1.150.381.890	75,3%	1.150.381.890	75,3%
British American Tobacco International (Holdings)	1.150.381.890	75,3%	1.150.381.890	75,3%
Acionistas Minoritários:	378.068.610	24,7%	378.068.610	24,7%
Domiciliados no Exterior	253.973.848	16,7%	249.385.035	16,2%
Pessoas Físicas	101.635.658	6,6%	103.263.047	6,8%
Pessoas Jurídicas	22.459.104	1,4%	25.420.528	1,8%
	<u>1.528.450.500</u>	<u>100,0%</u>	<u>1.528.450.500</u>	<u>100,0%</u>

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Reserva estatutária para manutenção de capital de giro

Constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e a manutenção dos estoques da Companhia, assim como possibilitar a compra de safras futuras de fumo. O estatuto da Companhia determina que essa reserva pode ser constituída em valor de até 30% do lucro líquido do exercício e o seu saldo não poderá exceder a 80% do capital social.

(iii) Reserva de incentivos fiscais

O valor dos incentivos fiscais realizados no resultado está sendo destinado à conta de "Reserva de Lucros - Incentivos Fiscais" no patrimônio líquido ao final de cada exercício.

(c) Remuneração dos acionistas

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

Notas Explicativas

Em reunião realizada em 20 de setembro de 2013, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendo no valor de R\$ 703.087 (R\$ 0,46 por ação) os quais foram pagos em 01 de outubro 2013, atualizados pela variação da taxa SELIC de 1 de julho até 30 de setembro de 2013.

Em reunião realizada em 23 de setembro de 2013, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 28.934 (R\$ 0,01893 por ação), a serem pagos a partir de 04 de novembro de 2013, atualizados pela variação da taxa SELIC de 1 de outubro até 1 de novembro de 2013.

Assim, considerando os juros sobre o capital próprio deliberados no primeiro e segundo trimestres, no montante total de R\$ 52.609 (R\$ 0,03442 por ação), a remuneração total por conta dos lucros obtidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 totaliza R\$ 784.630 (R\$ 0,51335 por ação).

21 Receita líquida das vendas

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	30.09.12	30.09.13	30.09.12
Receita bruta de vendas	11.494.052	10.567.242	11.453.831	10.543.277
Tributos incidentes sobre vendas	(7.060.850)	(5.966.987)	(7.060.034)	(5.966.987)
Receita líquida das vendas	4.433.202	4.600.255	4.393.797	4.576.290

22 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	30.09.12	30.09.13	30.09.12
Matéria-prima e materiais	(1.194.645)	(1.285.178)	(1.183.351)	(1.276.368)
Benefícios a empregados	(608.346)	(614.255)	(606.377)	(613.997)
Despesas com marketing	(192.491)	(203.445)	(189.239)	(200.799)
Serviços de terceiros	(271.630)	(258.639)	(270.016)	(257.354)
Depreciação e amortização	(118.330)	(128.844)	(118.301)	(128.844)
Manutenção e materiais diversos	(113.766)	(107.297)	(113.664)	(107.297)
Energia, água e comunicação	(46.259)	(52.580)	(46.153)	(52.580)
Despesas com viagens	(35.718)	(34.904)	(35.477)	(34.904)
Fretes, armazenagens, aduanas e outras	(44.643)	(41.901)	(44.643)	(41.901)
Contingências fiscais e trabalhistas	(8.692)	(8.795)	(8.692)	(8.794)
Aluguéis	(27.962)	(26.006)	(27.717)	(26.006)
Impostos e taxas	(12.042)	(25.076)	(11.947)	(25.004)
Doações e patrocínios (Lei Rouanet, Fundo da criança e outros)	(10.698)	(12.065)	(10.698)	(12.065)
Outras despesas	(24.876)	(37.825)	(24.247)	(33.489)
	(2.710.098)	(2.836.810)	(2.690.522)	(2.819.402)
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(1.562.266)	(1.615.495)	(1.550.972)	(1.606.685)
Despesas com vendas	(618.465)	(647.891)	(615.294)	(645.809)
Despesas gerais e administrativas	(529.367)	(573.424)	(524.256)	(566.908)
	(2.710.098)	(2.836.810)	(2.690.522)	(2.819.402)

Notas Explicativas

23 Benefícios a empregados

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	30.09.12	30.09.13	30.09.12
Salários, incluindo remuneração variável	(364.246)	(391.339)	(363.194)	(391.339)
Encargos sociais	(145.552)	(144.927)	(145.235)	(144.903)
Benefícios, assistência médica e outros	(87.971)	(67.602)	(87.371)	(67.368)
Planos de pensão	(10.577)	(10.387)	(10.577)	(10.387)
	(608.346)	(614.255)	(606.377)	(613.997)

24 Outras (receitas) despesas, líquidas

A composição da linha de "Outras (receitas) despesas, líquidas", apresentada na demonstração do resultado pode ser assim resumida:

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	30.09.12	30.09.13	30.09.12
Incentivos fiscais (Nota 19)	50.306	51.807	50.306	51.807
Resultado na venda de bens do imobilizado	13.289	4.433	13.289	4.433
Recuperação de custos de estocagem e de estoques	7.619	7.022	7.619	7.022
Recuperação de créditos de contas a receber	7.016	6.927	7.016	6.927
Atualização de depósitos judiciais	4.093	2.116	4.093	2.116
Recuperação de tributos e seguros (a)	81.105	18.084	81.105	18.084
Item extraordinário (b)		(49.064)		(49.064)
Reversão Provisão para impairment de ativos (c)	19.170			
Outros resultados operacionais	8.388	5.822	8.696	5.651
	190.986	47.147	172.124	46.976

- a) Após decisão definitiva de uma medida judicial ajuizada pela Companhia, foi reconhecido o direito ao ressarcimento, via compensação, de valores pagos, indêbitos, a título de FINSOCIAL durante o exercício de 1982 no montante de R\$ 81 milhões.
- b) Resultado da alienação da totalidade das ações detidas pela subsidiária integral direta Yolanda Participações no capital social da Yolanda Netherlands para a empresa British American Tobacco (GLP) Limited em junho de 2012.
- c) Reversão da provisão para impairment do saldo de "adiantamento para futuro aumento de capital", mantido com sua controlada indireta Brascuba, no valor integral de R\$ 19 milhões, em virtude do atual cenário que garante o potencial financeiro desse ativo.

Notas Explicativas

25 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	30.09.12	30.09.13	30.09.12
Receitas Financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	46.162	53.285	38.902	51.954
Juros e variações monetárias sobre contas a receber	30.189	27.499	14.691	21.603
Outras receitas financeiras	2.691	8.839	1.925	8.576
	79.042	89.623	55.518	82.133
Variações Cambiais sobre Ativos				
Contas a receber no exterior	105.644	7.918	14.686	7.918
Outras variações cambiais	6.276	13.169	5.447	(693)
	111.920	21.087	20.133	7.225
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(41.021)	(15.260)	(41.021)	(53.401)
Juros SELIC sobre dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(33.210)	(30.589)	(33.210)	(30.589)
Juros sobre empréstimos em moeda nacional	(2.439)	(2.820)	(2.439)	(2.820)
Juros sobre adiantamentos de contrato de câmbio e adiantamentos sobre cambiais entregues (ACC/ACE)	(3.454)	(3.997)	(3.454)	(3.997)
Outras despesas financeiras	(31.831)	(21.294)	(30.655)	(19.138)
	(111.955)	(73.960)	(110.779)	(109.945)
Variações Cambiais sobre Passivos				
Empréstimos com partes relacionadas	(61.328)	(4.057)	(61.328)	(91.180)
Empréstimos, adiantamentos de contrato de câmbio (ACC) e de cambiais entregues (ACE)	(38.335)	(11.796)	(38.335)	(11.796)
Fornecedores e outros	(11.400)	271	(11.322)	550
	(111.063)	(15.582)	(110.985)	(102.426)
	(32.056)	21.168	(146.113)	(123.013)

26 Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição dos tributos diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos da Companhia apresentam-se como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
Diferenças temporárias geradas por provisões:				
Ativos:				
Contingências	74.875	85.583	71.739	81.429
Perdas em ativos	13.873	27.546	13.843	27.546
Participações de empregados no resultado Operacionais	23.210	37.967	23.210	37.967
Operacionais	7.247	25.282	7.264	25.282
Benefícios trabalhistas	9.665	9.665	9.665	9.665
Diferimento variação cambial (base caixa)	(23.781)			
Outras	10.637	8.891	10.637	8.891
	115.726	194.934	136.358	190.780
Passivos:				
Atualização de depósitos judiciais	10.323	8.983	10.323	8.983
Outras	179	179	179	179
	10.502	9.162	10.502	9.162
Ativos - Líquido	105.224	185.772	125.856	181.618

Notas Explicativas

Conforme requerido pelo CPC 32 - "Tributos sobre o lucro", em 30 de setembro de 2013, os impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos quando relacionados à mesma entidade jurídica.

Os ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

As normas contábeis estabelecem que uma Companhia não deve classificar os ativos e passivos fiscais diferidos como ativos e passivos circulantes. Portanto, existe um montante de R\$ 31.186 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 99.686) classificado como ativo fiscal diferido não circulante que, de acordo com a expectativa da Administração, será realizado nos próximos 12 meses. O saldo remanescente será realizado no período de até 5 anos.

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda (alíquota de 25%) e contribuição social (alíquota de 9%), demonstrados no resultado, apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	30.09.12	30.09.13	30.09.12
Lucro antes da tributação	1.882.034	1.835.850	1.831.313	1.828.143
Juros sobre o Capital Próprio	(81.543)	(83.644)	(81.543)	(83.644)
Resultado de Controladas	-	33.064	(102.027)	24.352
Adições sobre preços de transferência	1.728	423	1.728	423
Inovação Tecnológica - Lei 11.196/2005	(31.387)	(34.746)	(31.387)	(34.746)
Realização de Incentivos Fiscais	(50.314)	(52.432)	(50.306)	(51.807)
Item Extraordinário	-	49.064	-	49.064
Itens permanentes, líquidos	(15.456)	(48.035)	(11.875)	(53.073)
Lucro tributável	1.705.062	1.699.544	1.555.903	1.678.712
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social no resultado	579.721	577.845	529.007	570.762
Alíquota efetiva	30,8%	31,5%	28,9%	31,2%

27 Informações por segmento de negócio

A Administração definiu os segmentos operacionais do Grupo com base nos relatórios utilizados pela diretoria na tomada de decisão estratégica dos negócios. Esses segmentos são:

- Fabricação e venda de cigarros atendendo diretamente a cerca de 300 mil pontos-de-venda de varejos e atacados no país; e
- Operações de exportação de fumo para mais de 40 países nos cinco continentes.

Notas Explicativas

A Administração efetua sua análise sobre o negócio sob o ponto de vista de comercialização dos produtos da Companhia. Cigarros são vendidos integralmente no Brasil e fumo exclusivamente no exterior. A segregação geográfica é natural pelo tipo de negócio.

A Companhia também possui outros pequenos negócios representados por vendas de fumo desfiado, papéis para cigarros e prestação de serviços de pesquisas e de infra-estrutura de informática. Separadamente, nenhum desses negócios constitui um segmento. Os ativos e passivos por segmento de negócio não estão sendo apresentados, uma vez que não são objeto de análise para tomada de decisão estratégica por parte da diretoria. Ainda por esse motivo, as linhas de “Resultado financeiro” e “Imposto de renda e contribuição social” também não são alocadas aos segmentos de negócios.

Não há dependência de cliente que represente 10% ou mais das receitas brutas totais da Companhia.

Os resultados Consolidados por segmentos no trimestre findo em 30 de setembro de 2013 são os seguintes:

Milhões de Reais	Cigarros	Exportação de Fumo	Outros Negócios	Não Alocados	Total do Grupo
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS	3.211,3	898,4	323,5		4.433,2
Custo dos Produtos Vendidos	647,9	675,1	239,3	-	1.562,3
LUCRO BRUTO	2.563,4	223,3	84,2		2.870,9
Despesas Operacionais - Líquidas	842,1	104,0	10,7	-	956,8
LUCRO OPERACIONAL	1.721,3	119,3	73,5		1.914,1
Resultado Financeiro	-	-	-	(32,1)	(32,1)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					1.882,0
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	579,7	579,7
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO					1.302,3

Notas Explicativas

Os resultados Consolidados por segmentos no trimestre findo em 30 de setembro 2012 são os seguintes:

Milhões de Reais	Cigarros	Exportação de Fumo	Outros Negócios	Não Alocados	Total do Grupo
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS	3.211,6	1.105,6	283,0		4.600,2
Custo dos Produtos Vendidos	604,2	801,9	209,4	-	1.615,5
LUCRO BRUTO	2.607,4	303,7	73,6		2.984,7
Despesas Operacionais - Líquidas	1.026,1	92,9	6,1	-	1.125,1
LUCRO OPERACIONAL	1.581,3	210,8	67,5	(49,1)	1.810,5
Resultado Financeiro	-	-	-	21,2	21,2
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					1.835,8
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	577,8	577,8
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO					1.258,0

As exportações de fumo são realizadas, em sua maioria, com partes relacionadas (Nota 29).

28 Plano de pensão para benefícios a empregados – obrigações de aposentadoria

A Fundação Albino Souza Cruz (FASC), da qual a Companhia e a British American Tobacco Américas Prestação de Serviços Ltda., parte relacionada sob o mesmo controle que a Souza Cruz, são as únicas patrocinadoras, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, tendo por objetivo principal a suplementação da aposentadoria dos seus colaboradores, através dos planos de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Definida (CD). Os valores relacionados com os planos de benefícios foram apurados em avaliação atuarial anual. As últimas informações conduzidas pelos atuários independentes foram as de 31 de dezembro de 2012 e de 2011, conforme apresentado nas demonstrações financeiras anuais.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia efetuou contribuições em favor da Fundação, a título de contribuições, custos de pensões e despesas administrativas o montante de R\$ 10.590 (R\$ 10.401 em 30 de setembro 2012). Não são esperadas contribuições para o plano de benefício definido para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas

29 Transações e saldos com partes relacionadas

As transações realizadas pela Companhia com partes relacionadas são pactuadas a valores, prazos e demais condições de mercado, quando existentes. A contratação de transações, cujas condições não encontram parâmetro de comparação no mercado, é avaliada tomando-se por base: (i) o interesse e necessidade da Companhia; (ii) custo envolvido levando em consideração: (a) percentual que o valor do serviço representa no custo total das atividades desenvolvidas internamente pela Companhia; (b) benefício agregado à Companhia; (c) contratação de recursos humanos e investimento na infra-estrutura da Companhia para realização do serviço internamente.

No que se refere a medidas que visem tratar de conflitos de interesse, a Companhia tem por prática solicitar a consultores externos avaliação prévia dessas transações com o objetivo de garantir o caráter comutativo das condições ali pactuadas.

(a) Principais relacionamentos entre a controladora e as demais empresas controladas e operações em conjunto (*joint operations*)

Sociedades controladas e Operações em conjunto	Receitas		Despesas e Custos		Direitos		Obrigações	
	30.09.13	30.09.12	30.09.13	30.09.12	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
Yolanda Netherlands B.V. - controlada indireta até 29/06/12 (Notas 1, 17 e 25)	-	-	102.349	144.581	-	-	-	-
Brascuba Cigarrillos, S.A. - operação em conjunto	7.586	4.726	-	-	6.694	5.628	1.622	1.477
	<u>7.586</u>	<u>4.726</u>	<u>102.349</u>	<u>144.581</u>	<u>6.694</u>	<u>5.628</u>	<u>1.622</u>	<u>1.477</u>

Direitos: Contas a receber da controlada indireta Brascuba Cigarrillos, S.A. decorrentes de exportações de materiais para produção de cigarros.

Obrigações: Contas a pagar a controlada indireta Brascuba Cigarrillos, S.A. decorrentes de reembolsos de despesas inerentes ao negócio.

Receitas/Custos/Despesas: Transações comerciais representadas por vendas de produtos, serviços, variações cambiais sobre adiantamentos recebidos/contas a receber da controlada indireta Brascuba Cigarrillos, S.A. e variação cambial e encargos sobre financiamento para exportação de fumo com sua controlada indireta Yolanda Netherlands B.V. até 29 de junho de 2012, antes da alienação da totalidade de suas ações para a empresa British American Tobacco (GLP) Limited (Nota 1).

Em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía responsabilidade por avais a suas sociedades controladas, de operações em conjunto e de quaisquer outras partes relacionadas.

(b) Relacionamentos entre a controladora e as demais empresas do grupo BAT

A Companhia e suas controladas possuem transações comerciais com entidades interligadas ao grupo controlador no exterior, representadas por exportação de produtos e serviços, adiantamentos recebidos por conta de exportação de fumo e despesas com serviços de apoio técnico especializado. Os montantes dessas transações e saldos são os seguintes:

Notas Explicativas

Natureza da Operação	Montante envolvido no negócio	Nomes das partes relacionadas sob o mesmo controle que a Souza Cruz	Saldos em 30.09.2013	Saldos em 31.12.2012
Contas a Receber:				
Letras descontadas por alienação dos recebíveis de contratos de financiamentos para exportação de fumo (Nota 7.4)	1.373.576	BAT (GLP) Limited (Circulante) BAT (GLP) Limited (Não Circulante)	557.766 268.378	299.235 744.530
			826.144	1.043.765
Transações comerciais representadas por exportação de produtos/mercadorias (fumos e outras)	533.620 mil dólares Pontual	BAT (GLP) Limited Empresa Mixta Brascuba Cigarrillos Nobleza-Piccardo SAICYF Scandinavian Tob Group Assens A/S FIEDLER & LUNDGREN AB BAT SWITZERLAND SA BAT Mexico SA de CV CA Cigarrera Bigott Sucs. Compania Chilena de Tabaco BAT Bangladesh CO LTD Outras companhias	46.170 6.694 1.625 1.227 1.203 536 464 456 371 154 180	69.807 5.923 2.088 531 - - - 112 147 - 368
Prestação de serviços de análise laboratorial e de consultoria técnica de engenharia de processos.	9.051 3.126 3.360 1.974 916 858 824 4.974 3.232 246 1.872 1.680 765 - Pontual	Compania Chilena de Tabaco Nobleza-Piccardo SAICYF Imperial Tobacco Canada Limited British American Tobacco Colombia SAS BAT AsPac Service Centre Sdn Bhd BAT South Africa Bat Germany Gmbh (Operations) BAT Mexico SA de CV CA Cigarrera Bigott Sucs. BAT Services Ltd Taiwan Branch Tabacalera Istmena SA West Indian Tobacco CO. Tabacalera Istmena Sucursal Honduras SA B.A.T. China Limited Outras companhias	7.241 4.218 2.520 1.464 687 644 618 391 254 184 147 136 60 - 50	648 3.205 - - 261 908 - 487 - 187 - - 123 86 -
Prestação de Serviços de Informática	2.135 3.187 3.282 1.274 12.954 750 3.288 1.526 7.337 1.149 215 4.634	BAT (Holdings) Limited Compania Chilena de Tabaco Nobleza-Piccardo SAICYF BAT del Peru S.A.C BASS (GSD) Limited Imperial Tobacco Canada Limited BAT Américas Prestação de Serviços Ltda CA Cigarrera Bigott Sucs. BAT Mexico SA de CV BASS Americas S.A. British American Tobacco Colombia SAS Outras companhias	4.471 2.358 1.888 1.073 793 584 491 469 394 101 98 368	1.942 451 1.899 821 2.708 - 568 210 50 1.035 171 827
Contas a Receber por recharges encargos sociais, seguro de vida, etc. de expatriados	Pontual	BAT (Holdings) Limited BAT Investments LTD BAT South Africa British American Tobacco Colombia SAS BAT Japan LTD BAT AsPac Service Centre Sdn Bhd CA Cigarrera Bigott Sucs. BAT Américas Prestação de Serviços Ltda BAT Mexico SA de CV British American Tobacco France SAS BAT KOREA Outras companhias	2.661 812 359 347 286 284 256 226 204 169 141 1.518	4.836 175 845 - 186 - - - 233 - - 998
			98.045	102.836
Contas a Pagar e Adiantamentos Recebidos:				
Contratos de financiamentos para exportação de fumo (Nota 17)	1.216.823	Yolanda Netherlands B.V. (Circulante) Yolanda Netherlands B.V. (Não Circulante)	390.153 412.475	248.780 721.115
			802.628	969.895
Transações comerciais representadas contas a pagar por importações de produtos/mercadorias (fumos e outras)	Pontual	BAT (GLP) Limited British American Tobacco Mexico SA Nobleza-Piccardo SAICYF BAT Chile Operaciones S.A BASS Americas S.A. Outras companhias valor inferior a R\$ 100 mil	13.700 927 343 227 - 186	404 393 - 379 139
Royalties a pagar pelo direito de industrialização, distribuição ou comercialização de produto	Pontual	BAT (BRANDS) INC The House of Edgeworth Incorporated	308 -	314 -
Transações comerciais representadas contas a pagar por prestação de serviços de apoio técnico/estratégico especializado às áreas de operações do emissor e compartilhamento de custos e investimentos relativos às Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento em Fumo	8.328	BAT (Holdings) Limited	-	2.296
Contas a pagar por recharges encargos sociais, seguro de vida, etc. de expatriados	Pontual	BAT (Holdings) Limited Imperial Tobacco Canada Limited BASS Americas S.A. Compania Chilena de Tabaco	30 23 79 24	- - - -
Transações representadas por prestação de Serviços de Informática	Pontual	BASS (GSD) Limited	4.919	-
Transações representadas por contas a pagar referente a reembolso de despesas	Pontual	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	-	1.084
			20.766	5.009

Notas Explicativas

Receitas:	Nomes das partes relacionadas sob o mesmo controle que a Souza Cruz	Saldos em 30.09.2013	Saldos em 30.09.2012
Transações comerciais representadas por exportação de produtos/mercadorias (fumos e outras)	BAT (GLP) Limited	745.366	857.306
	Nobleza-Piccardo SAICyF	12.095	15.219
	Empresa Mixta Brascuba Cigarrillos	7.586	4.726
	Companhia Chilena de Tabaco	6.990	2.868
	Scandinavian Tob Group Assens A/S	1.343	5.326
	Fiedler & Lundgren AB	1.227	353
	BAT Mexico SA de CV	644	1.449
	BAT SWITZERLAND SA	535	-
	CA.Cigarrera Bigott Sucs.	413	166
	BAT BANGLADESH CO LTD	140	67
	B.C.O., inc.	112	354
	BAT Investments LTD	86	199
	BAT Colombia	32	-
	British American Tobacco Cambodia	27	-
	BATCA Suc Costa Rica, SA	11	-
	Central Manufacturing Company Ltd	7	-
	BAT AsPac Service Centre Sdn Bhd	5	-
	ITC LIMITED	-	3.810
	Tabacalera Hondurena SA	-	44
	BAT Germany - Product Centre Europe	-	37
	B.A.T (U.K. and Export) Limited	-	37
West Indian Tobacco CO. Limited	-	27	
Prestação de Serviços de Informática	BASS (GSD) Limited	7.620	9.433
	BAT (Holdings) Limited	3.730	4.355
	BAT Mexico SA de CV	3.725	2.353
	Compania Chilena de Tabaco	2.243	1.081
	BASS Americas S.A.	1.899	1.096
	Nobleza-Piccardo SAICyF	1.615	1.359
	CA.Cigarrera Bigott Sucs.	1.313	1.128
	BAT del Peru S.A.C	1.033	357
	British American Tobacco Colombia SAS	870	782
	Imperial Tobacco Canada Limited	584	-
	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	399	728
	BATCCA Servicios, SA	378	300
	West Indian Tobacco CO.	327	280
	Tabacalera Hondurena SA	294	315
	BAT Republica Dominica	215	52
	BATCA S.A Sucursal Guatemala	197	95
	TISA Suc Honduras	192	182
BATCA Suc Honduras, SA	189	120	
Outras companhias	814	734	
Prestação de serviços de análise laboratorial e de consultoria técnica de engenharia de processos.	Compania Chilena de Tabaco	6.788	5.924
	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	4.212	3.066
	BAT Mexico SA de CV	3.731	4.453
	Imperial Tobacco Canada Limited	2.520	-
	CA.Cigarrera Bigott Sucs.	2.424	2.709
	Nobleza-Piccardo SAICyF	2.344	2.307
	British American Tobacco Colombia SAS	1.480	-
	Tabacalera Istmena SA	1.404	1.059
	West Indian Tobacco CO.	1.260	1.100
	BAT AsPac Service Centre Sdn Bhd	687	-
	BAT South Africa	644	-
	Bat Germany Gmbh (Operations)	618	-
	TISA Suc Honduras	574	558
BAT Services Ltd Taiwan Branch	184	-	
BAT Investments LTD	-	187	
Prestação de Serviços de back office	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	527	527
		833.653	938.628
Juros e variação cambial sobre letras descontadas por alienação dos recebíveis de contratos de financiamentos para exportação de fumo (Nota 25)	BAT (GLP) Limited	106.436	10.702
		106.436	10.702
Despesas e Custos:			
Custo da prestação de serviços de apoio técnico/estratégico especializado às áreas de operações da Souza Cruz e compartilhamento de custos e investimentos relativos às Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento em Fumo.	BAT Investments Limited	20.655	18.868
	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	12.352	10.273
		33.007	29.141
Juros e Variação Cambial sobre Contratos de financiamentos para exportação de fumo (Nota 25)	Yolanda Netherlands B.V. - Controlada indireta (até 29/06/2012)	-	125.263
	Yolanda Netherlands B.V.	102.349	-
		102.349	125.263

Notas Explicativas

Parcela significativa das operações da Companhia é realizada no mercado internacional, sobretudo o negócio de exportações de fumo. A Companhia possui contrato de exportação de fumo com empresa do Grupo BAT denominada British American Tobacco (GLP) Limited. Esse contrato, que entrou em vigor em 30 de junho de 2011, foi firmado por longo prazo, com garantia mínima de demanda e potencial para crescimento, além de possibilitar à Companhia redução de imobilização de capital e contratação de fumicultores por longo prazo. A metodologia de precificação foi previamente definida, levando-se em consideração a cobertura dos custos do negócio de exportação de fumo e a remuneração do capital investido nesse negócio.

Em decorrência da operação de alienação de controle acionário da Yolanda Netherlands B.V. (Nota 1), os resultados das operações mantidas entre a Souza Cruz e a Yolanda Netherlands B.V. não mais foram eliminados a partir de 30 de junho de 2012.

As operações de exportação de serviços de informática, de análise laboratorial, de consultoria técnica de engenharia de processos e de serviços de apoio técnico e estratégico especializado estão suportadas por contratos com duração que varia, em geral, entre 3 e 12 meses, com possibilidade de renovação anual. Os preços desses serviços levam em consideração os custos inerentes a essas atividades, acrescidos de margem de lucro suficiente para garantir a rentabilidade desses negócios e, portanto, suficiente também para atender os requerimentos estabelecidos pela legislação fiscal brasileira.

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração – consolidado e controladora

O pessoal-chave da Administração inclui os membros da diretoria estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar está apresentada a seguir:

	30.09.13	30.09.12
Remuneração fixa		
. Salários	5.497	6.527
. Benefícios diretos e indiretos	3.625	1.338
Remuneração variável		
. Participação nos resultados	4.844	7.743
. Remuneração por Participação em Reuniões	48	-
Benefícios pela cessação de exercício do cargo	63	5.322
	<u>14.077</u>	<u>20.930</u>

30 Lucro líquido por ação

O lucro por ação é computado pela razão do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações em circulação no mesmo exercício, conforme requerido pelo IAS 33 ("*Earning per Share*"). Neste período findo em 30 de setembro de 2013, não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas, nem ações potencialmente sujeitas a diluição.

Notas Explicativas

	Consolidado		Controladora	
	30.09.13	30.09.12	30.09.13	30.09.12
Lucro líquido do período	1.302.313	1.258.005	1.302.306	1.257.381
Quantidade de ações em circulação (milhares)	1.528.450,5	1.528.450,5	1.528.450,5	1.528.450,5
Lucro líquido por ação (básico e diluído) ao final do exercício - R\$	<u>0,85</u>	<u>0,82</u>	<u>0,85</u>	<u>0,82</u>

31 Garantias prestadas e outras responsabilidades

A Companhia tem compromissos com os bancos, na forma de avais aos agricultores, provenientes de operações de crédito rural, no valor total de R\$ 91.807 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 85.003), vencíveis até o ano de 2018, os quais serão quitados pelos agricultores com fornecimento de fumo.

Para a determinação do valor justo dos avais que a Companhia estima honrar decorrente desses compromissos bancários, a Companhia mantém provisão para *impairment* classificada como redutora dos créditos a receber desses mesmos agricultores.

32 Cobertura de Seguros

A Companhia desenvolve um programa de gerenciamento com o objetivo de limitar riscos, contratando coberturas compatíveis com seu porte e com a dimensão de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados adequados pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, a dispersão geográfica de suas dependências, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de consultores especializados.

Até 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais estava composta por R\$ 814,2 milhões para danos materiais, R\$ 101,4 milhões para despesas extraordinárias e R\$ 2,8 milhões para responsabilidade civil.

33 Evento subsequente

Instrução Normativa n° 1.397 da Receita Federal do Brasil

Em 16 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil (RFB) emitiu a Instrução Normativa n° 1.397 definindo de forma geral que, para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT – Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

Notas Explicativas

Em 3 de outubro de 2013, representantes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA), do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), após reunião de discussão sobre a referida Instrução com o Secretário da Receita Federal, emitiram comunicado conjunto para divulgar a informação de que não haverá dupla contabilidade nem a tributação de dividendos, juros sobre capital próprio e equivalência patrimonial pela diferença entre critérios contábeis societários e fiscais até dezembro de 2013, e que a RFB informou também que serão agilizadas a emissão de Medida Provisória sobre a matéria tributada e a revisão da Instrução, para vigorar apenas a partir do exercício de 2014.

A Administração está avaliando os possíveis impactos decorrentes deste assunto.

* * *

Variações relevantes em contas do balanço no decorrer do período findo em 30 de setembro de 2013 (em milhares de reais) :

Caixa e Equivalentes de Caixa (redução de: controladora R\$ 446.016 – consolidado R\$ 113.889)

A redução decorre principalmente de: (i) pagamento de dividendos aos acionistas sobre o resultado do primeiro semestre de 2013; (ii) compra da safra de fumo dos agricultores, líquido de - (iii) captação de recursos provenientes de empréstimos temporários para capital de giro e de adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) vinculados a futuros embarques de fumo para empresas interligadas ao grupo controlador no exterior e do recebimento de parte do contas a receber pela venda das ações detidas pela subsidiária integral direta Yolanda Participações no capital social da Yolanda Netherlands B.V. para a empresa British American Tobacco (GLP) Limited.

Contas a Receber (redução de: controladora R\$ 31.486 – consolidado R\$ 33.105)

Redução na posição de contas a receber por exportações de fumo para empresas interligadas ao grupo controlador no exterior em função de postergação de embarques que ocorreriam no terceiro trimestre.

Estoques (aumento de: controladora R\$ 560.602 – consolidado R\$ 562.516)

Aumento decorrente principalmente nos estoques de produtos acabados pelo processamento do desse fumo visando atender ao maior volume de embarques que tradicionalmente ocorrem no segundo semestre e pela postergação de embarques que ocorreriam no terceiro trimestre.

Tributos a Recuperar - circulante e não circulante (aumento de: controladora R\$ 97.751 – consolidado R\$ 97.480)

Aumento originado principalmente pelo reconhecimento do direito ao ressarcimento, via compensação, de valores pagos indevidamente a título de FINSOCIAL durante o exercício de 1982 no montante de R\$ 81 milhões, após uma decisão definitiva de uma medida judicial ajuizada pela Companhia.

Impostos Antecipados - IPI, ICMS e Selos (redução de: controladora e consolidado R\$ 353.010)

A redução deve-se principalmente a maior concentração de IPI incidente sobre produtos na saída de fábrica para as centrais de distribuição no final de 2012 pelos movimentos de compra por parte do varejo, em antecipação aos aumentos de preços em janeiro de 2013.

Créditos com Outras Partes Relacionadas-circulante e não circulante (controladora: aumento de R\$ 923.937 e consolidado: redução de R\$ 217.621)

Controladora: aumento proveniente de restituição de capital pela controlada Yolanda Participações S.A. que reduziu o capital social, sem cancelamento de ações, em julho de 2013.

Consolidado: redução proveniente do recebimento (R\$ 312,7 milhões) em maio de 2013 de parte do principal do contas a receber pela alienação para a empresa British American Tobacco (GLP) Limited (Nota 1) das ações detidas pela subsidiária integral direta Yolanda Participações no capital social da Yolanda Netherlands, líquido da apropriação de juros e de variação cambial (R\$ 95,1 milhões).

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (redução de: controladora R\$ 55.762 – consolidado R\$ 80.548)

Redução na provisão decorrente principalmente de movimentações ocorridas nas provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas, Cíveis e outras provisões.

Participações em Controladas (redução de: controladora R\$ 824.011)

Redução proveniente de restituição de capital pela controlada Yolanda Participações S.A. que reduziu o capital social, sem cancelamento de ações, em julho de 2013, combinado com os efeitos ocorridos no resultado resultantes de variação cambial sobre contas a receber pela alienação para a empresa British American Tobacco (GLP) Limited (Nota 1) das ações detidas pela Yolanda no capital social da Yolanda Netherlands.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Salários e Encargos (redução de: controladora R\$ 26.018 – consolidado R\$ 25.945)

A redução deve-se principalmente ao pagamento aos funcionários da participação nos resultados em setembro de 2013.

IPI a Recolher (controladora/consolidado-redução de: R\$ 335.639)

A redução está relacionada ao menor volume de vendas de cigarros (-21%) no último mês do trimestre atual quando comparado ao do último mês de 2012.

PIS e COFINS a Recolher (redução de: controladora R\$ 21.676 – consolidado R\$ 21.710)

A redução está relacionada ao menor volume de vendas de cigarros (-21%) no último mês do trimestre atual quando comparado ao do último mês de 2012.

ICMS a Recolher (controladora/consolidado-redução de: R\$ 52.804)

A redução está relacionada ao menor volume de vendas de cigarros (-21%) no último mês do trimestre atual quando comparado ao do último mês de 2012.

Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira - CIRCULANTE (controladora/consolidado-aumento de: R\$ 475.635)

Entrada de recursos provenientes de adiantamentos de contratos de câmbio vinculados a uma estratégia de hedge para mitigar a volatilidade cambial dos recebíveis de um novo fluxo de embarques de fumo (Nota 6.1(b)) para a empresa British American Tobacco (GLP) Limited, combinado transferência de parte do saldo do passivo não circulante de financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (Notas 01 e 29), líquido de pagamentos de parte destes financiamentos.

Outras Provisões – Circulante (redução de: controladora R\$ 20.143 – consolidado R\$ 20.197)

Reversão de provisão para pagamento de comissões para agentes de intermediação nas exportações de fumo para China.

Débitos com Outras Partes Relacionadas – passivo não circulante (controladora/consolidado-redução de: R\$ 308.640)

Transferência para o circulante de parte do saldo do passivo não circulante de financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (Notas 01 e 29), líquido de pagamentos de parte destes financiamentos.

Provisões Cíveis (controladora/consolidado-redução de: R\$ 38.228)

Reversão de provisão constituída em setembro de 2012 referente a um processo em que a Companhia formalizou entendimentos extrajudiciais com a administração da Tabesa - Tabacalera del Este, S.A. para por fim às disputas judiciais envolvendo as partes com o objetivo de compensar perdas financeiras decorrentes de danos morais, materiais, lucros cessantes entre outros.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Souza Cruz S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Souza Cruz S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa
Contador CRC RJ-052428/O-2